

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS- UFGD

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E
ECONOMIA - FACE

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CARINE DA SILVA CARVALHO

**CUSTO MÉDIO DOS ALUNOS EQUIVALENTES DAS
INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR NO PERÍODO DE
2007 E 2008**

DOURADOS/MS

2010

CARINE DA SILVA CARVALHO

**CUSTO MÉDIO DOS ALUNOS EQUIVALENTES DAS
INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR NO PERÍODO DE
2007 E 2008**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade Federal da Grande Dourados-
UFGD, como requisito parcial para a obtenção
do título de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^ª Me. Maria Aparecida Farias
de Souza Nogueira

DOURADOS/MS

2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS- UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E
ECONOMIA – FACE

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Banca Examinadora, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Contabilidade.

Banca Examinadora

Prof^ª Me. Maria Aparecida Farias de Souza Nogueira
Orientadora

Prof^ª Me. Cristiane Mallmann Huppes
Membro

Prof. Esp. Manfredo Rode
Membro

Dourados, 22 de dezembro de 2010.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a meu pai Orlando e minha mãe Maria, apesar de possuírem pouco estudo me incentivaram ao conhecimento e apoiaram meu crescimento intelectual, com toda humildade e honestidade, me criaram em alicerces que levarei para vida toda. A minha irmã Caroline, inspiração de persistência e superação. Obrigada por me ajudarem.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em especial a Deus, por ter me dado a vida e condições de fazer este curso, por me proporcionar saúde e força durante a caminhada.

Assim como sou grata as minhas amigas Andréia e Letícia, pela amizade dedicada, por se tornarem parte importante na minha graduação e por me apoiarem nos momentos difíceis.

A minha orientadora professora Maria Aparecida, pela paciência, compreensão, dedicação e presteza em minha orientação.

E por todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para minha formação, agradeço de coração cada palavra e cada gesto oferecidos.

RESUMO

O presente trabalho apresenta a composição do custo médio dos alunos equivalentes em universidades federais de todo país durante a sua formação na graduação e pós graduação, e a sua comparação quantitativa entre as diferentes Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) existentes no país. A educação é a base de todo o bom desenvolvimento de uma nação, essencial para o crescimento intelectual e organizacional de um país. Considerou-se na pesquisa a problemática da diminuição de recursos públicos para as IFES, aliada ao aumento da demanda por vagas e a constante cobrança por melhorias na qualidade, e levando em conta a importância da apuração de custos para o gerenciamento adequado dos recursos destinados às IFES e do significado da aplicação de metodologias para contribuir a um uso eficiente dos recursos. A pesquisa se desenvolveu principalmente por meio de dados documentais obtidos no *site* do Tribunal de Contas da União (TCU) e Ministério da Educação (MEC), procurando quantificar o custo médio dos processos de prestação de contas das diferentes instituições de ensino superior de acordo com a sua realidade; efetuou-se um levantamento bibliográfico a respeito do tema, bem como da legislação referente à composição de custos das IFES; foram buscados nos *sites* do MEC e TCU os dados de custos por alunos equivalentes das diferentes instituições federais para fins comparativos. Na análise dos dados encontrados, percebeu-se uma divergência muito grande dos custos correntes das IFES, mas encontrou-se um custo médio por aluno, considerando a metodologia adotada pelo TCU, SESU/MEC e SFC; os valores médios do custo do aluno equivalente referentes aos anos de 2007 e 2008 foram de R\$ 12.443,94, incluindo as despesas com HU e de R\$ 11.705,38, excluindo as despesas com HU.

Palavras-Chave: Custo por aluno. Instituições Federais. Ensino Superior.

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

QUADROS

QUADRO 1	Custo Corrente por IFES, referente ao ano de 2007.....	27
QUADRO 2	Custo Médio Corrente por IFES, referente ao ano de 2007.....	28
QUADRO 3	Custo Corrente por IFES, referente ao ano de 2008.....	29
QUADRO 4	Custo Médio Corrente por IFES, referente ao ano de 2008.....	30
QUADRO 5	Quantidade de IFES por região.....	31
QUADRO 6	Custo Corrente das IFES – com e sem HU (série histórica).....	31
QUADRO 7	Fator de Retenção e Peso do grupo calculados de acordo com metodologia da SESu.....	33
QUADRO 8	Número de Cursos de Graduação Presenciais, em 30/06, em Universidades Federais, por Áreas Gerais.....	34
QUADRO 9	Matrícula em Cursos de Graduação Presenciais, em 30/06, em Universidades Federais, por região.....	34
QUADRO 10	Matrícula em Cursos de Graduação Presenciais, em 30/06, em Universidades Federais, por região e período	35
QUADRO 11	Custo por aluno IFES, referente ao ano de 2007.....	36
QUADRO 12	Custo aluno por IFES, referente ao ano de 2008.....	38
QUADRO 13	Custo Corrente das IFES – com e sem HU (série histórica).....	40
QUADRO 14	Custo Corrente / aluno das IFES – com e sem HU.....	41

FIGURAS

FIGURA 1	Fórmula do Custo Corrente com HU/ Aluno Equivalente.....	24
FIGURA 2	Fórmula do Custo Corrente sem HU/ Aluno Equivalente.....	25
FIGURA 3	Fórmula do Aluno Equivalente.....	31
FIGURA 4	Fórmula do aluno de Graduação Equivalente.....	32
FIGURA 5	Custo aluno tempo integral.....	39
FIGURA 6	Custo alunos equivalentes (série histórica)	39
FIGURA 7	Custo Corrente / aluno equivalente (série histórica)	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC- Activity Based Costing (Custeio Baseado em Atividades)

HU- Hospital Universitário

IFES - Instituições Federais de Ensino Superior

MEC - Ministério da Educação e cultura

REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SESu - Secretaria de Educação Superior

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira

TCU- Tribunal de Contas da União

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UGs - Unidades Gestora

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	09
1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA.....	09
1.2OBJETIVOS	10
1.2.1 Objetivo geral.....	10
1.2.2 Objetivos Específicos	10
1.3 Justificativa.....	11
2. GESTÃO PÚBLICA.....	12
2.1 PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	12
2.1.2 Orçamento Público.....	13
2.1.3 Administração Pública.....	14
3. CUSTOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	16
4.MÉTODOS E PROCEDIMENTOS.....	22
5.APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	23
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS	44
ANEXO A - Planilha de Indicadores de Gestão TCU 2007	48
ANEXO B - Planilha de Indicadores de Gestão TCU 2008	50

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta o custo médio por aluno equivalente em universidades federais e a sua comparação quantitativa entre as diferentes Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) existentes no país.

A pesquisa se desenvolveu principalmente por meio de dados documentais obtidos no *site* do Tribunal de Contas da União (TCU) e Ministério da Educação (MEC), procurando quantificar o custo contido nos processos de prestação de contas das diferentes instituições de ensino superior, de acordo com a sua realidade.

As organizações estão sempre em busca de recursos e métodos para evitar perdas e melhorar seu desempenho no mercado. Para tanto é necessário que a empresa planeje os objetivos e metas que pretende alcançar através de projetos. Esta realidade não é diferente nas instituições públicas.

As significativas mudanças ocorridas no século XXI apresentam um novo cenário de competitividade obrigando as organizações a trabalharem otimizando seus recursos. Diante disso, os órgãos públicos procuram se adequar às novas necessidades que a sociedade impõe, pois exigem boa qualidade e uma correta utilização dos serviços públicos.

A eficiência da apuração de custos no setor público deve ser analisada com rigor, visto que sua ineficiência prejudica tanto este quanto também o privado.

A racionalização da política de corte de gastos é importante para a expansão do setor público e o seu controle viabiliza o aumento de recursos em alguns setores carentes, ou seja, aumentando o investimento em outras áreas, visto que seria inviável considerar um aumento na carga tributária.

1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

O governo brasileiro, considerando a demanda de alunos fora das universidades nos últimos anos, tem ampliado o número de universidades públicas no país. Como política para ampliação das IFES foi instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Este programa foi criado por meio do Decreto nº 6096/2007, o qual o instituiu com o objetivo de criar "... condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades

federais.” Conforme informações disponíveis no Relatório de gestão (MEC, 2009), foram criadas 35.500 vagas novas em cursos presenciais, com o novo sistema implantado pelo Reuni.

A Constituição Federal de 1988 em seu art. 207, diz que as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Esse sistema deve ser avaliado de forma a observar as condições em que se encontram em termos de quantidade e qualidade, para elaborar um melhor planejamento em conjunto com os órgãos de controle financeiro do governo, e acabar com qualquer falha existente dentro do sistema que possa atrapalhar o seu bom desempenho.

Considerando a problemática da diminuição de recursos públicos para as IFES, aliada ao aumento da demanda por vagas e a constante cobrança por melhorias na qualidade, e levando em conta a importância da apuração de custos para o gerenciamento adequado dos recursos destinados às IFES e do significado da aplicação de metodologias para contribuir a um uso eficiente dos recursos, emerge a seguinte questão: qual é o custo médio por aluno equivalente das Instituições Federais de Ensino Superior?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do presente trabalho será verificar qual é o custo médio por aluno equivalente das Instituições Federais de Ensino Superior?

1.2.2 Objetivos Específicos

- Efetuar um levantamento bibliográfico a respeito do tema;
- Levantar a legislação referente à composição de custos das IFES
- Buscar em *sites* do MEC e TCU os dados de custos por alunos das diferentes instituições federais para fins comparativos;
- Analisar os dados encontrados.

1.3 JUSTIFICATIVA

A realização deste trabalho poderá auxiliar na avaliação do funcionamento do sistema de cálculo dos custos incidentes da formação acadêmica na rede pública de ensino superior, bem como demonstrar que o planejamento estratégico da administração pública é fundamental, pois permite focalizar os esforços onde os benefícios são mais bem aproveitados.

Kohama (2007, p.37) orienta que “A lei de diretrizes orçamentárias tem a finalidade de nortear a elaboração dos orçamentos anuais, de forma a adequá-los, às diretrizes, objetivos e metas da administração pública, estabelecidos pelo plano plurianual”.

Com base na Lei nº 4.320/64 há um direcionamento da elaboração de normas e procedimentos financeiros da União. Além disso, deve-se destacar a importância da avaliação dos custos, pois sem eles não é possível planejar o orçamento das IFES.

Um bom controle do sistema garante que as universidades públicas perdurem por muito tempo, dando esperança às próximas gerações de ainda desfrutarem de um ensino de qualidade disponível, sem pagar mensalidades.

O presente trabalho, no entanto, restringe-se na análise de informações concedidas pelos órgãos de controle do governo disponibilizados ao público por meio de relatórios concedidos pelo TCU e MEC.

Existem poucos trabalhos na área relacionados à composição do custo do aluno na universidade pública; um exemplo existente é o trabalho realizado especificamente na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC por Reinert (2005); trabalhos semelhantes foram feitos por Magalhães (2007) na UFV e Morgan (2010) na UNB; este, porém, é um estudo comparativo do custo médio por aluno equivalente de todas as IFES brasileiras. Apenas compara os custos das diferentes realidades por instituição, perfazendo uma média entre elas.

2 GESTÃO PÚBLICA

As organizações públicas são geridas por profissionais formados e capacitados que ingressaram na carreira pública através de concursos, contratos ou por assumirem funções de confiança. Assim, este primeiro capítulo contendo como tema principal a gestão pública, ressalta o funcionamento deste sistema, não somente no âmbito educacional, mas nos setores em geral que integram o sistema público.

Silva (2004, p.95) destaca que “A gestão na Fazenda Pública é definida como o conjunto de operações que visam diretamente alcançar os fins próprios da administração governamental.”

Chiavenato (2006, p.118) explica que a gestão pública abrange diversas áreas do sistema administrativo com o objetivo de permitir a transparência de implementação das “...diversas ações do governo, possibilitando seu acompanhamento e avaliação, bem como a disponibilização das informações não privativas e não confidenciais para o governo como um todo e a sociedade.”

Assim, utilizando por base as normas do Direito Financeiro (Lei 4.320/64) e os princípios gerais de finanças públicas, a gestão pública aplica as técnicas de registro de atos e fatos administrativos através da apuração de resultados e a elaboração de relatórios periódicos, demonstrando o registro, o controle e a execução do orçamento aprovado. Isto é perceptível nos processos de Prestação de Contas.

2.1 PRESTAÇÕES DE CONTAS

Alguns autores descrevem a necessidade de controle e intervenção do governo a respeito da prestação de contas; assim seguem-se alguns conceitos sobre o assunto.

Sendo o poder público conhecido como um agente do bem comum, ele está designado a organizar e programar todas as despesas necessárias ao funcionamento da máquina pública, assim a distribuição de recursos nos vários setores deve ser controlada pelos órgãos fiscalizadores que mantêm a transparência. (QUEIROZ, 2004)

A Constituição Federal estabelece em seu art.70, Parágrafo único, que deverá prestar contas “... qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos, ou pelos quais responda, ou que, em nome desta, assumia obrigações de natureza pecuniária”.

Frezatti (2006, p.57) alega que:

A gestão das organizações considera três diferentes elementos, que são o planejamento, a execução e o controle. Se o planejamento é inadequado, o controle é inócuo. Se o planejamento é adequado, mas a filosofia de controle é meramente voltada para a constatação, existe uma falha importante de retroalimentação. O que se pretende considerar é que cada organização interprete e defina a ênfase desejada para o planejamento e o controle dos seus negócios e isso pode ser observado pelo tempo dedicado à sua discussão, investimentos feitos e mesmo preocupação qualitativa quanto aos profissionais alocados para uma ou outra atividade.

O TCU é o órgão responsável pela fiscalização das informações financeiras disponíveis nos relatórios do controle de contas efetuados pelos setores administrativos. Na Lei complementar nº 101/2000 no artigo 59, Parágrafo 1º, determina que os Tribunais de Contas tomarão providências imediatas quando ocorrerem fatos que comprometam os custos ou os resultados dos programas de governo.

Segundo Brinkman (2000) apud Morgan (2004, p. 25) ao tratar de questões referentes ao custo na educação superior afirma que esta "... esteve voltada, por muito tempo, à apuração do custo para o indivíduo, ou seja, quanto representaria para a pessoa, em termos de custos, freqüentar uma faculdade", porém atualmente com o aumento da conscientização da sociedade, houve uma mudança nesse contexto, pois as pessoas estão cada vez mais interessadas em conhecer e cobrar o controle dos custos, por parte do governo, nas instituições de ensino superior.

Para isso, torna-se necessário o conhecimento teórico sobre Orçamento Público.

2.1.2 Orçamento público

Com base nos autores apresentados a respeito da análise sobre o orçamento público, esses descrevem que não é só uma estimativa, porque devem estar diretamente relacionados com o comprometimento dos gestores em atingir metas.

Padovese (2007, p. 501) "Orçar significa processar todos os dados constantes do sistema de informação contábil de hoje, introduzindo os dados previstos para o próximo exercício, considerando as alterações já definidas para o próximo exercício."

O orçamento público surgiu como um instrumento de controle, demonstrando as metas a serem atingidas pelo governo durante o período de duração do ciclo orçamentário. (LIMA, 2007). E observa Lima (2007, p. 19) ainda sobre esta questão que “... para a real eficácia desse controle, é necessário que a constituição orgânica do orçamento vincule-se à determinadas regras ou princípios orçamentários, que formam os pilares de uma boa gestão dos recursos públicos.”

Crepaldi (2004, p. 301) afirma que “Orçamento é um plano administrativo que cobre todas as operações da empresa, para um período de tempo definido, expresso em termos quantitativos.”

Segundo Kohama (2006, p. 34):

O governo tem como responsabilidade fundamental o melhor nível dinâmico de bem-estar à coletividade. Para tanto, utiliza-se de técnicas de planejamento e programação de ações que são condensadas no chamado sistema de planejamento integrado.

Para Mendes (2009, p. 77) “É preciso dispor de um sistema eficiente de elaboração e execução do orçamento para, só depois, buscar melhorar os instrumentos de planejamento de médio e longo prazo”.

Assim como a licitação é um processo administrativo mediante a qual é selecionada a proposta mais vantajosa para a administração pública, também os investimentos efetuados na educação devem ser executados com o mais promissor sucesso possível. (KOHAMA, 2006)

A aplicação do sistema de gestão orçamentário se dá na Administração Pública.

2.1.3 Administração pública

A administração pública tem como principal objetivo o interesse público, sendo responsável pelos atos dos diversos setores existente. A partir deste cenário observam-se conceitos estabelecidos de alguns autores.

Segundo o conceito de kwasnicka (2006, p.20):

O mais importante e consistente uso do termo **administração** é aquele em que ele é visto como um processo integrativo fundamental, buscando a obtenção de recursos específicos. Administrar é, portanto, um processo pelo qual o administrador cria, dirige, mantém, opera e controla uma organização. (grifo nosso)

A administração pública possui vários sistemas que disponibilizam informações de controle como Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), Sistema Integrado de Dados Orçamentários (SIDOR), Programa de Acompanhamento Gerencial de Gastos (PAGG), Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN) entre outros, mas apresentam apenas valores despendidos em rubricas que não conseguem ser interpretados para fins gerenciais. (WIEMER; RIBEIRO, 2004)

Na administração pública pode-se observar a divisão hierárquica que designa a cada setor funções específicas, onde são organizadas a distribuição referente às necessidades existentes em conformidade com a lei. (KOHAMA, 2006)

Gitman (2004, p. 4) afirma que “os administradores financeiros devem gerir ativamente os assuntos financeiros de qualquer tipo de empresa – financeiras e não financeiras, privadas e públicas, grandes e pequenas, com ou sem fins lucrativos.”

A Lei de Responsabilidade Fiscal deixa clara a necessidade do gestor público de priorizar recursos através do controle de custos na administração pública, garantindo-lhe um caráter mais gerencial, maximizando a utilização dos meios e obtendo maiores e melhores resultados como está exposto no princípio da eficiência na Constituição de 1988 em seu art. 37.

As mudanças na administração pública vêm se aprimorando ao longo dos anos, baseados em políticas de gestão inspiradas do setor privado que impreterivelmente constitui forma de organização e políticas de controle mais rígidos, pois qualquer ineficiência significa conseqüências drásticas como o fechamento de um setor produtivo. (WIEMER, 2010)

Alguns meios de controle são definidos nos custos da administração pública.

3. CUSTOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A contabilidade de custo produz informações de efeito relevante através da coleta, classificação e registro de dados para obtenção dos resultados, em termos monetários, o que auxilia no controle e na tomadas de decisões. Sendo um gasto necessário para a obtenção de um bem ou serviço futuro.

Segundo Bornia (2010, p.11), em relação à contabilidade de custos e a origem de seu início, “...esta surgiu com o aparecimento das empresas industriais (revolução industrial) tendo por objetivo calcular os custos dos produtos fabricados. Antes o resultado era obtido subtraindo-se o custo das mercadorias vendidas da receita obtida pela empresa.”

Como descreve Dutra (2003, p. 33):

Custo é a parcela do gasto que é aplicada na produção ou em qualquer outra função de custo, gasto esse desembolsado ou não. Custo é o valor aceito pelo comprador para adquirir um bem ou é soma de todos os valores agregados ao bem desde sua aquisição, até que ele atinja o estágio de comercialização.

A reunião de dados, análise, organização, interpretação e reconhecimento do custo são à base da alocação eficiente de recursos, produzindo informações necessárias para avaliação e gerenciamento.

Rosseti (1992. p. 226) acrescenta ainda que “o consumo do governo é igual aos serviços produzidos pelas diversas esferas do Governo para seu uso, que, não sendo vendidos são valorados a seu próprio custo.”

Para Martins (2006, p. 25), “O custo é também um gasto, só que reconhecido como tal, isto é, como custo, no momento da utilização dos fatores de produção (bens e serviços), para a fabricação de um produto ou execução de um serviço”.

Crepaldi (2004, p. 13), conceitua custos como “... uma técnica utilizada para identificar, mensurar e informar os custos dos produtos e/ ou serviços. Tem a função de gerar informações precisas e rápidas para a administração, para a tomada de decisões.”

Conforme o conceito determinado por Santos (2005, p. 27), “A análise de custos, no sentido amplo, tem por finalidade mostrar os caminhos a serem percorridos na prática da gestão profissional de um negócio.”

Essa análise de custos na contabilidade é definida pela contabilidade gerencial.

A contabilidade gerencial é conhecida como um instrumento de grande importância para gerir negócios. É uma forma de planejamento, além de ser essencial no controle de gastos e referência para análise dos dados disponíveis, demonstrando que contabilidade não tem somente objetivo fiscal, mas o de administração.

A contabilidade gerencial tem em especial o objetivo de facilitar o planejamento, controle, avaliação de desempenho, fornecendo informações aos administradores na tomada de decisão, ou seja, para aqueles que estão dentro da organização e que são responsáveis pela direção e controle de suas operações. (PADOVESE, 2007)

De acordo com Pizzolato (2006, p. 132):

O foco da Contabilidade Gerencial é sobre o segmento específicos da organização, como departamentos, produtos, atividades, funções etc. Esses eventuais objetivos exigem o rateio de custos totais sobre tais segmentos da empresa, problema irrelevante na Contabilidade Financeira.

Para Iudícibus (1995, p.21) “a contabilidade gerencial, está voltada única e exclusivamente para a administração da empresa, procurando suprir informações que se encaixem de maneira válida e efetiva no modelo decisório do administrador”.

Através de informações fornecidas pela contabilidade gerencial pode-se obter Warren (2006, p. 3) “... dados históricos e estimados usados pela administração na condução de operações diárias, no planejamento de operações futuras e no desenvolvimento de estratégias de negócios integradas.”

A contabilidade gerencial define alguns métodos de avaliação de custos. Por exemplo: custeio por absorção, custeio direto (ou variável), custo-padrão e custos ABC.

Seguem-se breves conceitos de alguns dos principais autores sobre uma das formas de avaliação de custo de produção com o objetivo de fornecer informação para a tomada de decisões e uma forma de separar o custo do período.

Segundo Martins (2006, p. 37):

Custeio por Absorção é o método derivado da aplicação dos Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos, nascido da situação histórica mencionada. Consiste na apropriação de todos os custos de produção aos bens elaborados, e só os de produção; todos os gastos relativos ao esforço de produção são distribuídos para todos os produtos ou serviços feitos.

Neste sistema estão incluídos todos os gastos, diretos ou indiretos, relacionados à fabricação de cada produto, e ainda são apropriados ao produto dentro do período em que são produzidos. (FIPECAFI, 2010)

Em relação ao custeio direto ou variável, na explicação de Leone (2000, p.58) “Todo o item de custo que é identificado naturalmente ao objeto do custeio é denominado de custo direto.” De certa forma reconhecer somente custos variáveis, enquanto os custos fixos fariam parte dos custos do período.

“... Somente são considerados na avaliação dos estoques em processo e acabados os custos variáveis, e os custos fixos são lançados diretamente nos resultados.” (FIPECAFI, 2010, p. 379)

Conforme Martins (2006, p. 202):

Do ponto de vista decisório, verificamos que o Custeio Variável tem condições de propiciar muito mais rapidamente informações vitais à empresa; também o resultado medido dentro do seu critério parece ser mais informativo à administração, por abandonar os custos fixos e tratá-los contabilmente como se fosse despesas, já que são quase sempre repetitivos e independentes dos diversos produtos e unidades.

Para Crepaldi (2004, p. 227) a fundamentação dos gastos está dividida em dois itens “... gastos variáveis e gastos fixos, isto é, em gastos que oscilam proporcionalmente ao volume da produção/venda e gastos que se mantêm estáveis perante volumes de produção/vendas oscilante dentro de certos limites.”

Conforme a explicação de Crepaldi, o custo-padrão (2004, p. 279) “É um custo estabelecido pela empresa como meta para seus produtos, levando em consideração as características tecnológicas do processo produtivo, a quantidade e os preços dos insumos necessários para a produção e o respectivo volume.”

Perez Junior (1999, p.154):

Conceitua-se custo-padrão como aquele determinado, *a priori*, como sendo o custo normal de um produto. É elaborado considerando um cenário de bom desempenho operacional, porém levando em conta eventuais deficiências existentes nos materiais e insumos de produção, na mão-de-obra etc. De qualquer forma, é um custo possível de ser alcançado.

O custo padrão corrente um valor fixado pela empresa com meta, que seria difícil, mas não impossível de ser alcançado, já que foi baseado em dados anteriores. Entretanto, o custo padrão ideal estaria baseado em proporções inalcançáveis, visto que este teria que funcionar com perfeição completa de todos os setores. (MARTINS, 2006)

O custo padrão visa antecipar os valores do orçamento ou simplificar cálculos que serão utilizados para o controle na avaliação dos custos reais, e ainda serve como forma de referencia para todos os setores da empresa, já que possui um parâmetro a ser seguido pode avaliar com detalhes qualquer tomada de decisão. (PIZZOLATO, 2000)

Já o método ABC tem sido destacado por alguns autores como melhor forma para apuração dos custos dentro da contabilidade pública, pois possui uma arquitetura flexível que dinamiza a compreensão onde há dificuldade de identificar qual é o produto.

Nakagawa (2007, p. 40) conceitua o ABC como “... uma metodologia desenvolvida para facilitar a análise estratégica de custos relacionados com as atividades que mais impactam o consumo de recursos de uma empresa.”

Bornia (2010, p. 112) em seu conceito esclarece que:

O custeio baseado em atividades pressupõe que as atividades consomem recursos, gerando custos, e que os produtos usam tais atividades, absorvendo seus custos. Assim, os procedimentos do ABC consistem em seccionar a empresa em atividades, supondo-se que as mesmas gerarão os custos, calcular o custo de cada atividade, compreender o comportamento dessas atividades, identificando as causas dos custos relacionadas com elas e, em seguida, alocar os custos aos produtos de acordo com as intensidades de uso.

Segundo Cogan (2007, p. 132) “O custeio ABC reflete, pois, uma perspectiva de longo prazo de produção, em que os custos da mão-de-obra direta e os custos indiretos se comportam como variáveis.”

Na análise de Padoveze (2007, p. 356) “O custeamento baseado em atividades é fundamentado no conceito: produtos consomem atividades, atividades consomem recursos”.

Para Alonso (1999, p.47) “o método ABC parte da hipótese fundamental segundo a qual são as atividades, e não os produtos, que consomem recursos na organização.”

Beulke (2006, p. 70) “Num estágio seguinte, tais custos são individualmente direcionados a cada atividade do respectivo processo/ setor, por meio de direcionadores específicos denominados **direcionadores de recursos primários**.” (grifo nosso)

No entanto, na Administração pública existem poucos estudos em relação à composição de custos. Para se encontrar um sistema de custos que atenda às peculiaridades da administração pública, é necessário analisar os pontos a serem considerados relevantes e criar um sistema padronização. (REINERT, 2005)

Segundo Morgan (2004, p. 45) o custo social para as IFES representa “o sacrifício que a sociedade arca para fornecer a educação superior.

Na visão de Alonso (1999, p. 39):

Com os sistemas de informação existentes, incluído o Siafi, o governo não sabe em que medida cada tipo de despesa contribui para os resultados obtidos. Mais ainda, ele não sabe quais atividades agregam valor ao resultado final das ações do governo. Também ignora qual é a taxa de consumo de recursos pelas atividades e quanto custam os processos de trabalho ou os programas governamentais. O governo desconhece, em resumo, onde há desperdício e onde há eficiência na aplicação dos recursos. De fato, o modelo de gestão tradicional do setor público prioriza o controle dos recursos e dos procedimentos formais, e não os resultados, o desempenho, a eficiência.

Na metodologia adotada por Reinert (2005), em sua dissertação desenvolvida na UFSC, destaca o Método ABC como... “o mais adequado para o caso de apuração de custos nas Universidades Federais (PETER et al, 2003 APUD REINERT 2005, p. 28).”

Reinert faz uma análise metodológica de nove autores que descrevem sobre o assunto e a partir destes cria seu modelo proposto, onde ele descreve que os principais passos para apuração de custos nas IFES são: 1º Definir o total de recursos a ser considerado; 2º Obter o custo da Instituição que não vinculado direta e indiretamente às atividades fim; 3º Obter o custo da Instituição que está vinculado direta e indiretamente às atividades fim; 4º Obter o custo total das atividades de nível Universitário (graduação e pós-graduação *stricto sensu*); 5º Custo de administração docente e de formação docente; 6º Custo de cada uma das atividades fim (ensino, pesquisa e extensão); 7º Custo médio da hora atividade fim; 8º Custo do ensino de graduação e de pós-graduação *stricto sensu*; 9º Custo médio do ensino de um curso; 10º Custo médio padrão anual de um estudante de graduação; 11º Custo médio anual de um estudante de graduação (ou de pós-graduação *stricto sensu*); 12º Custo da ociosidade do ensino de uma IFES e custo da ociosidade do ensino por curso. (REINERT, 2005)

No trabalho apresentado por Magalhães (2007) na UFV, esta identificou que há algumas variáveis que influenciam no comportamento do custo por aluno, Magalhães (2007, p.54): “número total de funcionários dos departamentos, número de alunos de graduação,

número de matrículas nos cursos de graduação, bens móveis (equipamentos), área útil e carga horária das atividades de ensino de graduação.”

As metodologias utilizadas pelo MEC e TCU no cálculo do custo equivalente do aluno possuem uma padronização que não se pode aplicar a todas as instituições, já que essas necessitam ser analisadas em todas as suas particularidades. Os autores pesquisados também colocam suas propostas utilizando o cálculo no regime de competência, enquanto o MEC e o TCU fazem os cálculos no regime de caixa. (MAGALHÃES, 2007)

Seguindo as mesmas observações destacadas pelos autores anteriores, na UNB foi desenvolvido por Costa *et al* (2009) também um trabalho onde é estudada o caso da Universidade Aberta de Brasília, onde se coloca a necessidade de estudo aprofundado para cálculo do custo do ensino à distância.

Pinto *et al* (2007) descreve que:

Numa IFES, a apuração do valor do seu principal objeto de custeio (aluno de graduação), os desafios são grandes, mas não impossível de ser efetuado. Para apuração do custo do ensino superior público, é necessário definir os itens que o compõem, o que não consiste numa simples tarefa contábil, uma vez que estas instituições desenvolvem um conjunto de atividades complexas, com características locais e regionais, especificidades de cada IFES de ensino, pesquisa e extensão. (PINTO *ET AL*, 2007, p.3)

Ainda segundo Pinto *et al* (2007), em seu estudo de caso, fazem observação do alto gasto decorrente do tempo médio de permanência do aluno no curso, e ainda em sua conclusão alerta sobre a necessidade de aperfeiçoamento das estimativas de taxas e indicadores de custos.

4. MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

O objetivo deste trabalho será verificar qual é o custo médio do aluno equivalente das Instituições Federais de Ensino Superior do país.

Serão coletados dados nos *sites* do MEC e TCU e levantamento do referencial teórico por meio de coleta de referenciais em livros, revistas, artigos, monografias e em legislações relacionadas ao custo do aluno na universidade federais. Os dados serão analisados de forma comparativa em tabela e gráficos realizados no programa *Excel*.

Para Beuren (2010, p.4), quanto aos objetivos a pesquisa será exploratória, que é caracterizada quando “busca-se conhecer com maior profundidade o assunto, de modo a torná-lo mais claro ou construir questões importantes para a conclusão”. Quanto aos procedimentos, será bibliográfica, recolhendo informações e alguns conhecimentos prévios, e, ainda, pesquisa documental, posto que Beuren (2010, p.8) afirmam que se “baseia em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” e quanto à abordagem, será qualitativa, que na classificação de Beuren (2010, p.12) “concebem-se análises mais profundas” e quantitativa, esta “caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados.

Sobre a forma de pesquisa será exploratória, pois Severino (2007, p. 123) diz que “busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação deste objeto”.

Na visão de Andrade (2007, p.114), declara que a pesquisa exploratória tem por finalidade “proporcionar maiores informações sobre determinado assunto; facilitar a delimitação de um tema de trabalho; definir objetivos ou formular as hipóteses de uma pesquisa ou descobrir novo tipo de enfoque para o trabalho que se tem em mente.”

Marconi (2007, p.176) define que “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias.”

Andrade (2007, p.115) salienta que “... a pesquisa documental baseia-se em documentos primários, originais.” Assim a pesquisa documental busca por evidências que possam fundamentar as afirmações e declarações do pesquisador.

5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

No Censo da Educação Superior apresentado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), na versão preliminar publicada em 27/11/2009, referente ao ano de 2008, divulgou que existiam no país, 55 universidades públicas federais, sendo destas na capital e no interior. (INEP, 2010).

Para entendimento dos cálculos utilizados na composição do custo médio do aluno equivalente das instituições federais de ensino superior, foram utilizados dados de documentos disponibilizados pelo TCU, juntamente com o MEC contendo as informações de orientação para o cálculo dos indicadores de gestão da Decisão nº 408/2002-Plenário e Acórdãos nº 1043/2006 e nº 2167/2006- Plenário tribunal de Contas da União.

O documento que contém a orientação para o cálculo dos indicadores de gestão, versão revisada em janeiro de 2007, trata especificamente do Cálculo dos Indicadores de Desempenho a serem apresentados no Relatório de Gestão das Instituições Federais de Ensino Superior - IFEs, por força da Decisão nº 408/2002 – Plenário. Na versão anterior do documento, haviam sido incorporadas as modificações acordadas no âmbito do Grupo de Contato, cujas finalidades visam à orientação das IFES na implantação padronizada do conjunto inicial de indicadores e definição do plano de ação com vistas a aprimorá-los; este grupo de contato é formado por representantes do Tribunal de Contas da União - TCU, Secretaria Federal de Controle Interno – SFC e Secretaria de Educação Superior - SESu, e foi instituído com o objetivo de viabilizar a implantação e consolidação desses indicadores. (TCU; SESU/MEC; SFC, 2007)

Fazendo uma retrospectiva histórica do início do cálculo dos indicadores de gestão das IFES, estes surgiram com base em auditoria de natureza operacional realizada na Universidade de Brasília. Essa fiscalização teve por objetivo a seleção e a apuração de indicadores que pudessem retratar aspectos relevantes do desempenho das instituições de ensino superior. Posteriormente, a sistemática foi testada em cinco outras instituições, a saber: Fundação Universidade do Amazonas - FUA, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Universidade Federal de Goiás - UFGO, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. (TCU; SESU/MEC; SFC, 2007)

O objetivo de se saber a composição desses indicadores é para que estes possam ser úteis como ferramenta de apoio à necessária auto-avaliação institucional. Embora reconhecendo que os indicadores devam ser considerados apenas como ferramenta auxiliar no acompanhamento do desempenho das entidades, o propósito último destes indicadores é

contribuir para o aprimoramento da gestão das instituições federais de ensino superior. (TCU; SESU/MEC; SFC, 2007)

Os principais componentes dos indicadores de gestão das IFES são, de acordo com as orientações do item 9.2, Acórdão 2167/2006, conforme planilha de solicitação do TCU são os constantes abaixo:

Componentes:

- Custo corrente incluindo 35% das despesas do(s) Hospital(is) Universitário(s) – HU(s)
- Custo corrente excluindo as despesas do(s) HU(s)
- Número de alunos tempo integral
- número de alunos equivalentes
- número de professores equivalentes
- número de funcionários equivalentes incluindo aqueles a serviço no(s) HU(s)
- número de funcionários equivalentes excluindo aqueles a serviço no(s) HU(s)

Indicadores:

- custo corrente / aluno equivalente (incluindo os 35% das despesas do(s) HU(s))
- custo corrente / aluno equivalente (excluindo as despesas do(s) HU(s))
- Aluno tempo integral / número de professores equivalentes
- Aluno tempo integral / número de funcionários equivalentes (incluindo funcionários a serviço no(s) HU(s))
- Aluno tempo integral / número de funcionários equivalentes (excluindo funcionários a serviço no(s) HU(s))
- Funcionário equivalente / número de professores equivalentes (incluindo funcionários a serviço no(s) HU(s))
- Funcionário equivalente / número de professores equivalentes (excluindo funcionários a serviço no(s) HU(s))
- Grau de Participação Estudantil (GPE)
- Grau de Envolvimento com Pós-Graduação (GEPG)
- Conceito CAPES
- Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)
- Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) (TCU, 2007, p. 2)

O presente trabalho tem o objetivo de estudar a composição apenas do custo médio do aluno equivalente por instituições federais. Assim, nesta metodologia sugerida pelo TCU, o trabalho restringe-se aos itens ‘custo corrente / aluno equivalente’, com ou sem hospital universitário.

O primeiro item, assim, passa a ser calculado por meio da seguinte fórmula, considerando em sua composição o custo corrente das IFES, incluindo as despesas correntes dos hospitais universitários:

Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente =	$\frac{\text{Custo Corrente com HU}}{A_G E + A_{PG} TI + A_R TI}$
---	---

Figura 1: Fórmula do Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente

Fonte: (TCU; SESU/MEC; SFC, 2007, p. 05)

Para um melhor entendimento, sobre o cálculo do custo corrente das IFES considerando as despesas com hospitais universitários, o documento de orientações do TCU traz a seguinte composição para o referido cálculo:

CUSTO CORRENTE COM HU (HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS)

- (+) Despesas correntes do órgão Universidade, com todas as UGs, inclusive hospitais universitários, se houver (conta SIAFI nº 3.30.00.00)
- (-) 65 % das despesas correntes totais do(s) hospital(is) universitário(s) e maternidade
- (-) Aposentadorias e Reformas do órgão Universidade (conta SIAFI nº 3.31.90.01)
- (-) Pensões do órgão Universidade (conta SIAFI nº 3.31.90.03)
- (-) Sentenças Judiciais do órgão Universidade (conta SIAFI nº 3.31.90.91)
- (-) Despesas com pessoal cedido – docente do órgão Universidade
- (-) Despesas com pessoal cedido - técnico-administrativo do órgão Universidade
- (-) Despesa com afastamento País/Exterior – docente do órgão Universidade
- (-) Despesa com afastamento País/Exterior - técnico-administrativo do órgão Universidade (TCU; SESU/MEC; SFC, 2007, p. 06)

O segundo item, custo corrente com hospital universitário, é calculado por meio da seguinte fórmula, considerando em sua composição o custo corrente das IFES, excluindo as despesas correntes dos hospitais universitários:

Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente =	$\frac{\text{Custo Corrente sem HU}}{A_G E + A_{PG} TI + A_R TI}$
---	---

Figura 2: Fórmula do Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente

Fonte: (TCU; SESU/MEC; SFC, 2007, p. 05)

Novamente, considerando o documento de orientações do TCU, este traz a seguinte composição para o referido cálculo:

CUSTO CORRENTE SEM HU (HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS)

- (+) Despesas correntes do órgão Universidade, com todas as UGs, inclusive hospitais universitários, se houver (conta SIAFI nº 3.30.00.00)
- (-) 100 % das despesas correntes totais do(s) hospital(is) universitário(s) e maternidade
- (-) Aposentadorias e Reformas do órgão Universidade (conta SIAFI nº 3.31.90.01)
- (-) Pensões do órgão Universidade (conta SIAFI nº 3.31.90.03)
- (-) Sentenças Judiciais do órgão Universidade (conta SIAFI nº 3.31.90.91)
- (-) Despesas com pessoal cedido – docente do órgão Universidade
- (-) Despesas com pessoal cedido - técnico-administrativo do órgão Universidade
- (-) Despesa com afastamento País/Exterior – docente do órgão Universidade
- (-) Despesa com afastamento País/Exterior - técnico-administrativo do órgão Universidade (TCU; SESU/MEC; SFC, 2007, p. 6)

Há ainda algumas considerações, no respectivo documento a respeito do cálculo destes quantitativos, as quais seguem resumidamente abaixo:

- Para o cálculo das despesas, o número de servidores e docentes cedidos ou afastados, a ser considerado deve ser aquele apurado no dia 31/12 de cada exercício, subtraindo-se destes a despesa total no ano com cada servidor ou docente cedido ou afastado, onde deve-se deduzir a despesa total no ano (com o servidor ou docente que se encontrava afastado em 31/12), mesmo que o afastamento tenha sido apenas por alguns meses. Dessa forma, na média, estarão sendo compensadas as despesas daqueles que ficaram afastados a maior parte do ano, mas estejam trabalhando em 31/12, as quais, pela sistemática adotada, não devem ser subtraídas; (TCU; SESU/MEC; SFC; 2007)

- O custo corrente, independentemente do ano letivo, será aquele efetivamente realizado entre 01/01 e 31/12 do exercício; (TCU; SESU/MEC; SFC; 2007)

- No cálculo de 65 % das despesas correntes totais do(s) hospital(is) universitário(s) e maternidade devem ser consideradas todas as unidades hospitalares, cujas despesas estejam incluídas nas despesas correntes do órgão Universidade (conta SIAFI nº 3.30.00.00); geralmente são Unidades Gestoras próprias; (TCU; SESU/MEC; SFC; 2007)

- Para o cálculo de 100 % das despesas correntes totais do(s) hospital(is) universitário(s) e maternidade, devem ser consideradas todas as unidades hospitalares, cujas despesas estejam incluídas nas despesas correntes do órgão Universidade (conta SIAFI nº 3.30.00.00); geralmente são Unidades Gestoras próprias; (TCU; SESU/MEC; SFC; 2007)

- Em relação às despesas com pessoal cedido que forem reembolsadas pela entidade à qual foi cedido o servidor, estas não devem ser subtraídas; (TCU; SESU/MEC; SFC; 2007)

- Para as despesas com os afastamentos para servir em outro órgão ou entidade, mandato eletivo, e estudo ou missão no exterior ou no país, não caracterizados como capacitação, estas devem ser subtraídas. (TCU; SESU/MEC; SFC; 2007)

- Não devem ser subtraídas despesas de pessoal em licença por motivo de doença em pessoa da família, enquanto houver remuneração, em licença para capacitação, inclusive licenças para mestrado ou doutorado, ou em licença para tratamento de saúde, licença gestante, adotante ou paternidade e licença por acidente em serviço. (TCU; SESU/MEC; SFC; 2007)

Assim, consultando os dados referentes à prestação de contas de cada IFE enviado ao Ministério da Educação, foram coletados os valores finais dos custos correntes das instituições credenciadas nos anos de 2007 e 2008, considerando as despesas com e sem hospital universitário, conforme quadro 1:

Hospital universitário	IFES	Custo Corrente Com HU	Custo Corrente Sem HU
N	UFABC	16.029.604,98	16.029.604,98
N	UNIVASF	23.960.553,22	23.960.553,22
N	UFCSA	24.659.798,37	24.659.798,37
N	UTFPR	25.121.272,24	25.121.272,24
N	UFRB	25.384.689,46	25.384.689,46
N	UNIFAP	26.752.808,79	26.752.808,79
N	UNIFAL	27.955.261,03	27.995.261,03
N	UFVJM	29.897.999,74	29.897.999,74
N	UFERSA	33.527.989,70	33.527.989,70
N	UFGD	36.079.460,93	36.079.460,93
N	UNIFEI	38.541.233,00	38.541.233,00
N	UFSJ	44.341.227,75	44.341.227,75
N	UFRA	47.611.572,90	47.611.572,90
N	UFRR	48.409.008,10	48.409.008,10
N	UNIR	56.312.436,29	56.312.436,29
N	UFT	61.012.588,00	61.012.588,00
N	UFLA	74.608.926,81	74.608.926,81
N	UFAC	82.716.129,21	82.716.129,21
N	UFOP	84.348.445,58	84.348.445,58
N	UFRPE	112.536.109,16	112.536.109,16
S	FURG	115.995.125,84	111.135.203,60
S	UNIRIO	117.616.869,97	107.777.505,23
S	UFS	133.853.808,21	131.244.140,48
N	UFRRJ	136.484.420,96	136.484.420,96
N	UFSCar	141.492.638,00	141.492.683,00
S	UFPI	141.643.110,90	140.473.061,44
S	UFMT	144.968.316,60	111.175.159,09
S	UFCG	163.956.787,91	161.149.413,29
S	UFMS	176.184.784,74	169.464.478,13
S	UFJF	177.552.248,12	172.170.342,64
S	UFAM	178.187.586,81	160.252.376,89
S	UFMA	181.250.437,43	152.158.486,02
S	UFPEI	198.137.151,81	193.246.821,18
S	UFAL	207.378.423,45	202.253.784,52
S	UFMT	210.903.465,47	206.445.480,80
N	UFV	215.824.872,74	215.824.872,74
S	UFES	249.244.948,36	238.874.097,15
S	UFSM	254.165.521,54	224.932.897,93
S	UFG	291.736.689,84	283.630.586,82
S	UFPA	320.693.681,31	289.552.802,03
S	UFU	323.960.710,32	298.199.461,79
S	UFPB	336.513.760,64	331.501.473,16
S	UFPE	365.123.073,01	335.868.610,31
S	UFRN	367.750.816,49	360.708.129,64
S	UFSC	384.103.763,08	352.045.331,72
S	UFBA	393.989.151,85	380.227.041,00
S	UFPR	397.090.729,06	371.331.231,76
S	UFC	397.268.216,20	380.750.358,40
N	UFRGS	428.498.914,25	428.498.914,25
S	UNIFESP	442.678.584,02	378.675.317,65
S	UFF	496.089.407,25	486.130.525,81
S	UFMG	593.365.743,21	563.808.511,11
S	UnB	673.706.381,80	664.685.366,40
S	UFRJ	761.063.804,40	647.493.553,07

Quadro 1: Custo Corrente por IFES, referente ao ano de 2007

Fonte: MEC (2008, p. 1-2)

Nota-se que há discrepâncias entre os custos das IFES ao considerar as despesas com HU, havendo destaque para a UFRJ, que detém custo maior, juntamente com a UnB, bem como há também a UFABC que detém o menor custo comparado com as demais.

Ao se considerar as despesas com HU, há destaque para a UnB, seguido da UFRJ, que detém custo maior, bem como continua a UFABC detendo o menor custo comparado com as demais.

Aqui, se considera que as IFES mantêm de fato, um regime de custos onde se considera as despesas operacionais proporcionalmente ao quantitativo de cursos que mantêm, bem como também relacionado ao número de servidores que utilizam recursos de diárias e passagens, pensões, aposentadorias, etc.

É perfeitamente entendível que o fato da UFABC ter um custo menor, visto que estava em fase de implantação, ao passo que a UFRJ e a UnB estão entre as maiores e mais antigas do país, portanto, detendo custos anuais bem maiores.

Ao se efetuar uma média dos custos correntes das IFES considerando as despesas com HU e sem HU, tem-se a seguinte situação (quadro 2):

IFES	Custo Corrente Com HU	Custo Corrente Sem HU
Média	204.412.612,2	189.268.573,4

Quadro 2: Custo Médio Corrente por IFES, referente ao ano de 2007

Fonte: Da autora, com dados do MEC (2008)

Nota-se que os valores médios dos custos correntes ficam muito distantes das realidades de muitas IFES, tanto a menor quanto a maior, principalmente se for considerada a situação das IFES que possuem HU.

É importante salientar que as IFES que não possuem Hospitais Universitários têm os seus custos repetidos nas colunas ‘custo corrente sem HU’.

Em relação aos custos correntes das instituições referentes ao ano de 2008, considerando as despesas com e sem hospital universitário, segue demonstrativo dos custos (quadro 3).

IFES	Custo com HU	Custo sem HU
UFCSPA	37.135.182,08	37.135.182,08
UNIFAP	37.193.583,25	37.193.538,25
UFVJM	41.025.244,48	41.025.244,48
UNIPAMPA	44.744.478,92	44.744.478,92
UNIVASF	45.411.269,19	45.411.269,19
UFERSA	52.286.594,71	52.286.594,71
UNIFAL	54.043.153,10	54.043.153,10
UNIFEI	56.419.411,03	56.419.411,03
UFRB	58.174.493,54	58.174.493,54
UFRA	58.320.525,55	58.320.525,55
UFRR	59.640.696,81	59.640.696,81
UTFPR	64.012.768,52	64.012.768,52
UFABC	64.658.851,23	64.658.851,23
UFGD	65.946.338,99	60.295.519,97
UFSJ	73.426.950,88	73.426.950,88
UNIR	74.449.043,77	74.449.042,77
UFAC	90.737.858,30	90.737.858,30
UFT	100.511.465,00	100.511.465,00
UFTM	104.316.697,31	64.661.967,85
UFLA	106.556.518,88	106.556.518,88
UFRRJ	120.604.582,17	120.604.582,17
UFOP	126.833.059,81	126.833.059,81
UNIRIO	131.337.478,66	111.350.050,19
UFS	148.642.613,89	136.045.762,57
UFAL	160.254.326,52	136.986.582,74
UFRPE	170.133.299,77	170.133.299,77
FURG	199.047.233,44	183.558.484,17
UFPI	204.214.954,01	202.310.014,75
UFPEI	205.333.036,28	200.656.149,63
UFCG	212.198.826,83	202.775.682,29
UFSCar	213.300.970,00	213.300.970,00
UFAM	214.084.285,28	148.361.869,43
UFMA	239.325.445,29	201.266.132,61
UFMS	259.331.124,90	248.238.206,70
UFMT	282.380.494,22	215.517.560,76
UFV	284.502.104,86	284.502.104,86
UFES	325.767.961,09	291.030.242,76
UFJF	343.160.615,76	326.337.399,52
UFSM	350.264.517,41	307.868.657,97
UFG	374.529.028,88	337.798.630,68
UFU	393.461.846,46	327.671.025,32
UFPB	432.784.753,97	398.658.153,87
UFPA	443.023.908,12	421.767.406,89
UFC	473.411.413,49	431.030.343,74
UFPE	482.870.596,34	438.046.767,24
UFRN	496.061.403,57	405.942.908,51
UFBA	499.519.708,10	431.395.001,79
UNIFESP	511.307.724,97	443.497.214,89
UFPR	513.698.479,97	441.070.311,45
UFRGS	560.819.360,64	560.819.360,64
UFSC	563.803.462,27	525.378.462,35
UFF	606.478.112,31	553.784.761,50
UnB	738.549.827,51	703.433.864,66
UFMG	760.833.833,36	673.371.034,00
UFRJ	957.417.333,00	822.295.047,00

Quadro 3: Custo Corrente por IFES, referente ao ano de 2008

Fonte: MEC (2009, p. 195-6)

Novamente, destacam-se as diferenças entre os custos das IFES, havendo destaque para a UFRJ, que detém custo maior, juntamente com a UFMG, bem como há também a UFCSPA que detém um custo bem pequeno comparado com as demais (quadro 3).

Ao se efetuar uma média dos custos correntes das IFES considerando as despesas com HU e sem HU, tem-se a seguinte situação (quadro 4):

IFES	Custo Corrente Com HU	Custo Corrente Sem HU
Média	257.084.658,81	236.133.502,51

Quadro 4: Custo Médio Corrente por IFES, referente ao ano de 2008

Fonte: Da autora, com dados do MEC (2009)

Nota-se que os valores médios dos custos correntes tiveram um crescimento significativo neste exercício, comparado com o anterior.

Necessário se faz lembrar ainda que algumas instituições, recentemente criadas, têm custos maiores devido ao seu processo de implantação principalmente de infra-estrutura, o que faz com que os seus custos sejam elevados e ainda não têm turmas de alunos formados, o que reduziria o seu custo inicial.

Destaca-se que, após a criação do REUNI, foi instituído o Decreto nº 6129/2007, que dispõe sobre a vinculação das entidades integrantes da administração pública federal indireta, o qual cita em seu anexo, como vinculadas ao Ministério da Educação sob a forma de Fundações Universidades, as do Amazonas e de Brasília; como Fundações Universidades Federais: do ABC, do Acre, do Amapá, da Grande Dourados, do Maranhão, de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul, de Ouro Preto, de Pelotas, do Piauí, do Rio Grande, de Rondônia, de Roraima, de São Carlos, de São João del Rei, de Sergipe, do Tocantins, do Vale do São Francisco e de Viçosa. Também são consideradas IFES: o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o Hospital de Clínicas de Porto Alegre e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Perante o decreto também são consideradas Universidades Federais: de Alagoas, de Alfenas, da Bahia, de Campina Grande, do Ceará, do Espírito Santo, do Estado do Rio de Janeiro, Fluminense, de Goiás, de Itajubá, de Juiz de Fora, de Lavras, de Minas Gerais, de Pernambuco, de Santa Catarina, de Santa Maria, de São Paulo, do Pará, da Paraíba, do Paraná, do Recôncavo da Bahia, do Rio Grande do Norte, do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro, Rural da Amazônia, Rural de Pernambuco, Rural do Rio de Janeiro, Rural do Semi-Árido, do Triângulo Mineiro, de Uberlândia, dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Ainda, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (BRASIL, 2007).

De acordo com os dados do Censo da Educação Superior (INEP, 2008), já incluindo novas universidades criadas após a assinatura do decreto, o quantitativo de IFES por região está apresentado no quadro 5:

Regiões	Diurno	%	Noturno	%	Total	%
Centro-oeste	43.676	9,64	18.965	12,85	62.641	10,43
Nordeste	141.418	31,21	42.260	28,63	183.678	30,57
Norte	65.456	14,44	18.576	12,59	84.032	13,99
Sudeste	126.125	27,83	39.962	27,08	166.087	27,65
Sul	76.513	16,88	27.821	18,85	104.334	17,37
Total	453.188	100	147.584	100	600.772	100

Quadro 5: Quantidade de IFES por região

Fonte: INEP (2009)

De acordo ainda com dados constantes no Processo de Prestação de Contas da Secretaria de Educação Superior (SESU) do MEC, referente ao exercício de 2008 e divulgado no exercício de 2009, são evidenciados os valores médios do custo corrente por exercício, conforme quadro apresentado a seguir:

Ano	Custo Corrente COM HU	Custo Corrente COM HU
2002	117.707.495,74	110.709.183,33
2003	121.170.738,70	113.867.000,50
2004	146.101.244,95	137.106.292,04
2005	147.823.044,71	135.858.384,29
2006	172.195.578,32	161.756.958,75
2007	204.411.928,79	193.508.418,59
2008	225.563.566,86	214.522.065,58
2009	259.841.796,62	236.133.502,68

Quadro 6: Custo Corrente das IFES – com e sem HU (série histórica)

Fonte: SESU / MEC (2009, p.188)

Em relação ao cálculo no Aluno Equivalente, o documento de orientações do TCU, SESU e SFC (2007), traz orientações sobre a sua composição:

$$\text{Aluno Equivalente} = A_{cE} + A_{pG}TI + A_{R}TI$$

Figura 3: Fórmula do Aluno Equivalente

Fonte: (TCU; SESU/MEC; SFC, 2007, p. 05)

Para se obter o quantitativo de alunos equivalentes, são considerados no cálculo todos os alunos matriculados no ano letivo referente ao exercício em cursos de graduação - **A_{GE}**, ministrados nos turnos diurno e noturno; pós-graduação *stricto sensu*, mestrado e doutorado - **A_{PGETI}** e residência médica - **A_{RTI}**. Também considera-se que os dados semestrais devem ser somados e divididos por dois; não devem ser incluídos alunos ou participantes de atividades de extensão e de especialização; não devem ser considerados alunos de mestrado profissionalizante e não devem ser incluídos alunos de cursos à distância. (TCU; SESU/MEC; SFC, 2007).

Assim,

AG = total de alunos efetivamente matriculados na graduação, sendo considerado aquele que realiza sua inscrição formal no curso, após a apresentação de toda a documentação e cumprimento das formalidades exigidas e que esteja cursando pelo menos uma disciplina. Incluem-se, também, alunos que estão fazendo somente o projeto final, monografia, dissertação ou tese, em graduação ou pós-graduação, conforme o caso. (TCU; SESU/MEC; SFC, 2007)

A_{GE} - Aluno Equivalente de Graduação (TCU; SESU/MEC; SFC, 2007)

$$\mathbf{A_{GE}} = \sum_{\text{todos os cursos}} \left\{ (N_{DI} * D_{PC}) (1 + [\text{Fator de Retenção}]) + ((N_I - N_{DI}) / 4) * D_{PC} \right\} * [\text{Peso do grupo em que se insere o curso}]$$

Figura 4: Fórmula do Aluno de Graduação Equivalente

Fonte: (TCU; SESU/MEC; SFC, 2007, p. 08)

Onde:

N_{DI} = Número de diplomados, no ano letivo referente ao exercício, em cada curso

D_{PC} = Duração padrão do curso de acordo com a tabela da SESu

N_I = Número de alunos que ingressaram, no ano letivo relativo ao exercício, em cada curso (TCU; SESU/MEC; SFC, 2007, p. 08)

Também é considerado o Fator de Retenção e Peso do grupo calculados de acordo com metodologia da SESu, a qual está exposta no quadro 07.

Área	Descrição das Áreas	Fator de Retenção	Duração Padrão	Grupo	Peso do Grupo
A	Artes	0,1150	4	A3	1,5
CA	Ciências Agrárias	0,0500	5	A2	2,0
CB	Ciências Biológicas	0,1250	4	A2	2,0
CET	Ciências Exatas e da Terra	0,1325	4	A2	2,0
CH	Ciências Humanas	0,1000	4	A4	1,0
CH1	Psicologia	0,1000	5	A4	1,0
CS1	Medicina	0,0650	6	A1	4,5
CS2	Veterinária, Odontologia, Zootecnia	0,0650	5	A1	4,5
CS3	Nutrição, Farmácia	0,0660	5	A2	2,0
CS4	Enfermagem, Fiso, Fono, Ed. Física	0,0660	5	A3	1,5
CSA	Ciência Sociais Aplicadas	0,1200	4	A4	1,0
CSB	Direito	0,1200	5	A4	1,0
ENG	Engenharias	0,0820	5	A2	2,0
LL	Linguísticas e Letras	0,1150	4	A4	1,0
M	Músicas	0,1150	4	A3	1,5
TEC	Tecnólogos	0,0820	3	A2	2,0
CE1	Ciências Exatas - Matemática, Computação, Estatística	0,1325	4	A3	1,5
CSC	Arquitetura/Urbanismo	0,1200	4	A3	1,5
CH2	Formação de Professor	0,1000	4	A4	1,0

Quadro 7: Fator de Retenção e Peso do grupo calculados de acordo com metodologia da SESu
Fonte:FORPLAD (2007)

Pelo quadro 07, percebe-se que os cursos que pertencem ao Grupo A1 (Medicina, Veterinária, Odontologia e Zootecnia) são os grupos que têm um peso maior. Tal fato se dá em razão destes serem ministrados de forma integral, utilizarem uma infra-estrutura de laboratórios pesada, vasta quantidade de material consumo em aulas práticas e equipamentos permanentes com valores elevados, bem como uma grande mão-de-obra de suporte técnica especializada. Assim também o corpo docente qualificado e, pelo fato dos cursos serem integrais, em sua maioria, possuem dedicação exclusiva.

Ainda considerando este quadro, os cursos noturnos e na área de Ciências Humanas, Psicologia, Ciências Sociais Aplicadas, Direito, Linguística, Letras e Formação de Professor são os cursos que possuem um peso menor e, conseqüentemente, um custo menor para as IFES.

De acordo com o Censo da Educação Superior (INEP, 2009), existem 2.822 Cursos de Graduação Presenciais, em 30/06, classificados por Áreas Gerais.

Áreas Gerais	Quantidade	%
Agricultura e Veterinária	210	6,49
Ciências Sociais, Negócios e Direito	498	15,39
Ciências, Matemática e Computação	482	14,90
Educação	921	28,47
Engenharia, Produção e Construção	535	16,54
Humanidades e Artes	200	6,18
Saúde e Bem-estar Social	305	9,43
Serviços	84	2,60
Total	3235	100

Quadro 8: Número de Cursos de Graduação Presenciais, em 30/06, em Universidades Federais, por Áreas Gerais
Fonte: Censo da Educação Superior – INEP – 2008 (com adaptações da autora)

Percebe-se nos dados acima que as IFES já começam a investir pesadamente nos cursos que possuem custo menor, como é o caso da área de Educação, onde se concentra 28,47% dos 3.235 cursos do país.

Regiões	Quantidade	%
Centro-oeste	207947	7,74
Nordeste	447179	16,65
Norte	145252	5,41
Sudeste	1344673	50,07
Sul	540577	20,13
Total	2685628	100

Quadro 9: Matrícula em Cursos de Graduação Presenciais, em 30/06, em Universidades Federais, por região
Fonte: Censo da Educação Superior – INEP – 2008 (com adaptações da autora)

Só para ilustrar, apresenta-se a seguir dados dos mesmos cursos de graduação referentes aos períodos ministrados, conforme as regiões do país, ainda considerando os dados

do Censo de Educação Superior do INEP (2008). Nota-se que a maioria dos cursos são ministrados no nordeste (30,57%), sendo que a maior parte ocorre no período diurno (31,21%), fato que também se repete na região norte e sul. Nas outras regiões, a predominância são os cursos em sua maioria, no período noturno.

Regiões	Diurno	%	Noturno	%	Total	%
Centro-oeste	43.676	9,64	18.965	12,85	62.641	10,43
Nordeste	141.418	31,21	42.260	28,63	183.678	30,57
Norte	65.456	14,44	18.576	12,59	84.032	13,99
Sudeste	126.125	27,83	39.962	27,08	166.087	27,65
Sul	76.513	16,88	27.821	18,85	104.334	17,37
Total	453.188	100	147.584	100	600.772	100

Quadro 10: Matrícula em Cursos de Graduação Presenciais, em 30/06, em Universidades Federais, por região e período
Fonte: Censo da Educação Superior – INEP – 2008 (com adaptações da autora)

Complementando os dados para a composição do aluno equivalente, o próximo item de cálculo seria o A_{PGTI} e A_{RTI} , onde:

A_{PGTI} = é o total de alunos efetivamente matriculados na pós-graduação *stricto sensu*, incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado, no mesmo tratamento da graduação.

A_{RTI} = são os alunos de residência médica (TCU; SESU/MEC; SFC, 2007, p. 08)

Para o cálculo de alunos tempo integral, os alunos de mestrado, doutorado e residência médica devem ser computados com peso dois, conforme fórmula (TCU; SESU/MEC; SFC, 2007, p. 08):

$$A_{PGTI} = 2 A_{PG} \quad \text{e} \quad A_{RTI} = 2 A_R$$

Com a utilização da fórmula chega-se aos números dos indicadores Custo corrente / aluno equivalente (incluindo os 35% das despesas do(s) HU(s) e Custo corrente / aluno equivalente (excluindo os 35% das despesas do(s) HU(s), como segue no quadro 11.

Complementando estes dados, algumas IFES não possuem Pós-Graduação com conceito acima de 3, em 2006, outras são universidade nova, onde nenhum curso chegou a ter concluintes. O destaque é para a UNIFESP, que apresenta o maior custo corrente por aluno, seguida da UFTM, segundo maior custo. Também há distorções nos dados da UFC, UFES, UFJF, UFLA e UFMT, cujos custos foram enviados posteriores a 11/04/2008, que foi a data de envio por parte da SESu dos dados ao TCU (MEC, 2009).

Hospital universitário	IFES	Custo Corrente / Aluno Equivalente (incluindo despesas com HU)	Custo Corrente / Aluno Equivalente (excluindo despesas com HU)
N	UFT	5.243,63	5.243,63
N	UTFPR	5.604,10	5.604,10
N	UFVJM	5.755,01	5.775,01
N	UFGD	5.945,22	5.945,22
N	UFCSPA	6.469,12	6.469,12
S	UFJF	6.612,75	6.412,30
N	UNIFAL	6.842,58	6.842,58
S	UFPA	8.045,38	7.264,14
S	UFPI	8.211,52	8.143,69
N	UNIR	8.289,55	8.289,55
N	UFLA	8.719,88	8.719,88
N	UNIVASF	8.807,41	8.807,41
N	UFRPE	8.902,53	8.902,53
S	UFAM	9.038,87	8.129,07
S	UFMS	9.062,54	8.716,87
S	UFSC	9.527,34	8.732,16
N	UFERSA	9.533,53	9.533,53
S	UFPR	9.597,80	8.975,19
N	UFRGS	9.615,93	9.615,93
N	UFRRJ	9.630,67	9.630,67
S	UFS	9.883,72	9.691,02
N	UNIFEI	10.294,50	10.294,50
S	UFG	10.446,63	10.156,36
S	UFMS	10.461,68	9.258,44
N	UFSJ	10.519,91	10.519,91
N	UFOP	10.549,95	10.549,95
S	UFAL	10.783,24	10.516,77
S	UFPE	10.798,62	9.933,41
S	UFBA	10.811,70	10.434,10
S	UFES	10.819,37	10.369,19
N	UNIFAP	10.828,60	10.828,60
S	UFMG	10.836,96	10.297,14
S	UNIRIO	11.513,21	10.550,06
S	UFCG	11.519,99	11.322,74
S	FURG	11.671,61	11.186,45
S	UFRN	11.912,62	11.684,49
N	UFV	12.029,23	12.029,23
S	UFPEI	12.307,37	12.003,60
S	UFC	12.373,66	11.859,18
S	UFMT	12.536,61	12.271,62
S	UFU	13.460,05	12.389,71
N	UFRB	13.502,49	13.502,49
S	UFF	13.696,96	13.421,99
S	UFPB	13.743,43	13.538,72
N	UFRA	13.835,34	13.835,34
S	UFRJ	13.924,96	11.847,00
N	UFAC	14.636,92	14.636,92
S	UFMA	14.822,74	12.443,59
N	UFABC	14.869,76	14.869,76
N	UFSCar	15.619,64	15.619,64
N	UFRR	17.323,26	17.323,26
S	UnB	18.657,51	18.407,68
S	UFTM	28.931,90	25.688,47
S	UNIFESP	37.570,35	32.136,83

Quadro 11: Custo por aluno IFES, referente ao ano de 2007

Fonte: MEC (2008)

No entanto, ainda assim é possível perceber muitas distorções no custeio por parte das diferentes IFES, com uma grande variação de valores.

Também é possível notar que as IFES que não possuem Hospital Universitário, em sua grande maioria, possuem um custo menor. Destacam-se, neste caso, as IFES: UFT, UFTPR, UFVJM, UFGD e UFCSPA (quadro 12).

O destaque novamente é para a UNIFESP, que apresenta o maior custo corrente por aluno, seguida da UFABC e UFTM, segundo e terceiro maior custo, respectivamente. No entanto, ainda assim é possível perceber muitas distorções no custeio por parte das diferentes IFES, com uma grande variação de valores. Destacam-se, neste caso, as IFES: UFVJM, UFAL, UFRRJ, UFSJ e UFPI (quadro 12).

Foram analisados os indicadores de Gestão das Instituições Federais de Ensino Superior- IFES, de acordo com os acórdãos n°s 1.043 e 2.167 de 2006, do Plenário do Tribunal de Contas da União- TCU. Observados o cumprimento das obrigações por parte da Secretaria de Educação Superior-SESu/MEC e os esforços empreendidos tanto da parte da SESu quanto por parte das IFES.

O procedimento para a coleta de dados 2009 foi realizado através do preenchimento do formulário eletrônico do sistema SIMEC, pedido pelo ofício circular n° 105/2009/MEC/SESu/DIFES, de 23 de dezembro de 2009, em conformidade com aqueles emanados do TCU para a IFES. O próprio TCU encaminhou o Ofício Circular n° 01/2010- Segecex de 11 de janeiro de 2010.

Foram analisados os indicadores de gestão da IFES conforme os dados assim disponibilizados e observou-se que há uma discrepância nos valores da média das novas universidades, pois estas não possuem históricos de dados anteriores referente à alunos concluintes, por conta de sua recente implantação e ainda conta com custos iniciais elevados.

Para melhor entendimento segue após a legenda breve comentário sobre os gráficos que demonstram a variação que ocorre durante cada ano.

Os valores gerados pelas instituições com e sem os HU'S, possuem uma variação pequena e inexpressiva, mas com aumento progressivo que demonstra que apesar de pouco crescimento está dando continuidade gradativa conforme a tendência observada em anos anteriores.

No ranking geral, nota-se que há distorções muito grandes perante as IFES, no quantitativo de custo corrente das instituições.

IFES	Custo Corrente / Aluno Equivalente (incluindo despesas com HU)	Custo Corrente / Aluno Equivalente (excluindo despesas com HU)
UNIPAMPA	NA	NA
UFVJM	6.206,11	6.206,11
UFAL	6.802,89	5.815,16
UFRRJ	7.058,00	7.058,00
UFSJ	8.517,85	8.517,85
UFPI	9.616,69	9.526,99
UNIR	9.633,51	9.633,51
UFLA	9.708,33	9.708,33
UFOP	9.754,14	9.754,14
UFS	9.776,97	8.948,41
UFERSA	10.012,82	10.012,82
UFAM	10.101,70	7.000,54
UFCSPA	10.146,21	10.146,21
UTFPR	10.594,97	10.594,97
UFPEI	10.994,44	10.723,12
UFRA	11.204,04	11.204,04
UNIFAP	11.589,08	11.589,08
UFPR	11.700,37	10.046,14
UFG	11.762,76	10.609,17
UNIRIO	11.789,61	9.995,42
UFBA	11.912,33	10.287,72
UNIFAL	12.037,09	12.037,09
UFRGS	12.129,15	12.139,15
UFPA	12.154,79	11.571,60
UFMG	12.299,68	10.885,75
UNIVASF	12.317,49	12.317,49
UFAC	12.395,77	12.395,77
UFES	12.439,84	11.113,33
UNIFEI	12.643,01	12.643,01
UFT	12.837,77	12.837,77
UFPE	13.303,27	12.068,36
UFRB	13.461,72	13.461,72
UFSM	13.509,09	11.873,96
UFGD	13.596,73	12.431,66
UFF	13.879,16	12.673,28
UFMS	14.004,70	13.405,65
UFC	14.107,42	12.844,49
UFU	14.124,23	11.762,51
UFRN	14.196,00	11.617,70
UFSC	14.276,10	13.303,14
UFRPE	14.595,95	14.595,95
UFV	14.808,55	14.808,55
UFPB	15.027,62	13.842,64
UFRJ	15.311,16	13.150,26
UFCG	16.080,54	15.366,45
UFMA	16.274,08	13.686,05
UFSCar	16.671,16	16.671,16
UFJF	17.453,47	16.597,82
FURG	17.947,75	16.551,16
UFMT	18.057,49	13.636,90
UnB	18.120,33	17.258,75
UFRR	19.811,42	19.811,42
UFTM	22.236,63	13.783,64
UFABC	25.232,72	25.232,72
UNIFESP	34.049,02	29.533,38

Quadro 12: Custo aluno por IFES referente ao ano de 2008

Fonte: MEC (2009, p. 195-6)

No processo de prestação de contas das IFES, a Secretaria de Educação Superior – MEC divulgou o gráfico de 2009, referente ao quantitativo do custo de alunos que permanecem tempo integral nas instituições.

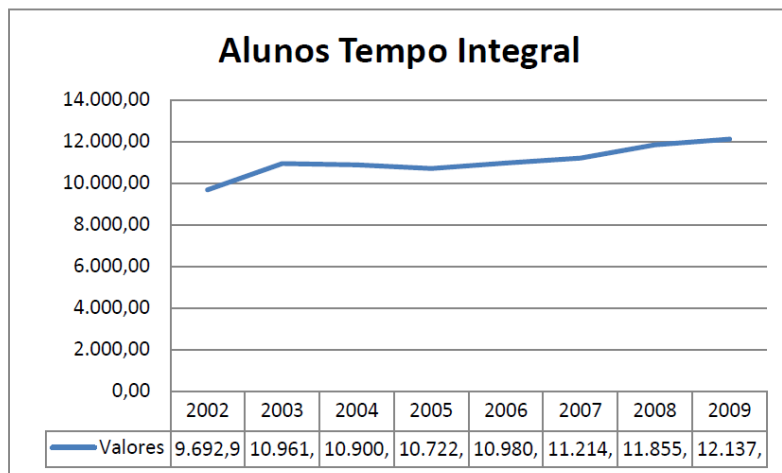


Figura 5: Custo aluno tempo integral

Fonte: SESU – MEC (2009, p. 189)

O custo do aluno em tempo integral apresenta uma elevação de valores entre 2002 e 2003, uma estabilização entre 2004 e 2005; com a criação de novas IFES a partir de 2006, nota-se que há um crescimento de valores; após esse período verifica-se uma elevação constante.

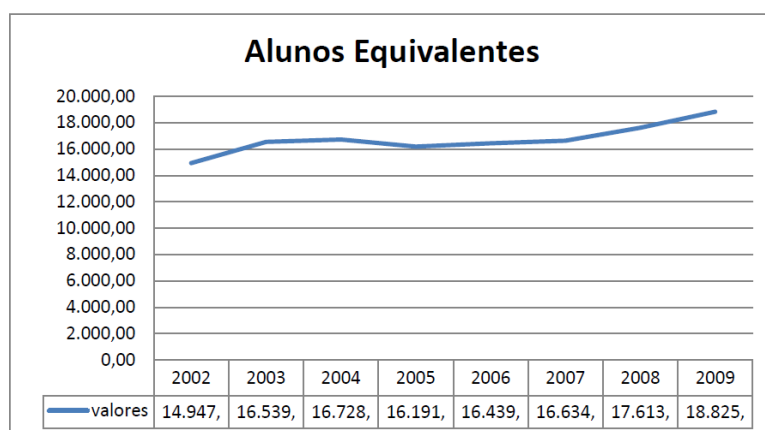


Figura 6: Custo alunos equivalentes (série histórica)

Fonte: SESU – MEC (2009, p. 189)

O custo do aluno equivalente, que é a soma dos custos do aluno de graduação, pós-graduação e residência médica em tempo integral, apresenta um comportamento semelhante ao aluno de tempo integral. Estes apresentam uma elevação de valores entre 2002 e 2004, uma

estabilização entre 2005 e 2006; com a criação de novas IFES a partir de 2007, nota-se que há um crescimento de valores; após esse período verifica-se uma elevação constante, ano a ano.

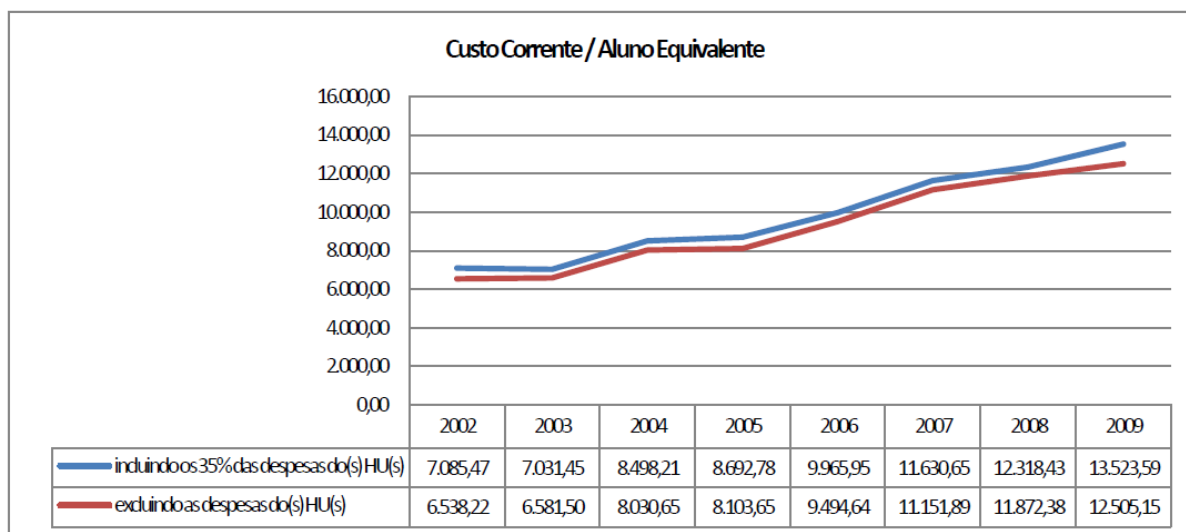


Figura 7: Custo Corrente / aluno equivalente (série histórica)

Fonte: SESU – MEC (2009, p. 191)

O gráfico custo corrente/ Aluno equivalente sem as despesas do HU e com as despesas HU, possui crescimento paralelo e com diferença mínima. Nota-se que no custo corrente incluindo-se as despesas com Hospitais universitários, há um decréscimo apenas no ano de 2003, ao passo que o custo corrente/ Aluno equivalente sem as despesas do HU, o fato não se repete. O crescimento é contínuo.

Ao se efetuar uma média dos custos na série histórica, têm-se os seguintes resultados para o custo corrente por aluno das IFES, com e sem HU:

Ano	Custo Corrente / aluno (COM HU)	Custo Corrente / aluno (SEM HU)
2002	7.085,47	6.538,22
2003	7.031,45	6.581,50
2004	8.498,21	8.030,65
2005	8.692,78	8.103,65
2006	9.965,95	9.494,64
2007	11.630,65	11.151,89
2008	12.318,43	11.872,38
2009	13.523,59	12.505,15
Custo Médio / aluno	9843,32	9284,76

Quadro 13 : Custo Corrente das IFES – com e sem HU (série histórica)

Fonte: Da autora, com dados da SESU / MEC (2009)

Assim, é possível concluir, com base nestes dados, que o custo médio do aluno por IFES gira em torno de R\$ 9.843,32, incluindo as despesas com HU e de R\$ 9.284,76, excluindo as despesas com HU, conforme a metodologia estipulada pelos acordões n°s 1.043

e 2.167 de 2006, do Plenário do Tribunal de Contas da União – TCU, considerando as séries históricas de 2002 a 2009.

Ao se considerar os exercícios de 2007 e 2008, foram encontrados algumas divergências nos dados encaminhados pelas IFES à SESU/MEC e os dados são os que se seguem abaixo:

Ano	Custo Corrente / aluno (COM HU)	Custo Corrente / aluno (SEM HU)
2007	11.610,18	11.132,79
2008	13.277,70	12.277,96
Custo Médio / aluno	12.443,94	11.705,38

Quadro 14: Custo Corrente / aluno das IFES – com e sem HU

Fonte: Da autora, com dados do MEC (2008 e 2009)

Logo, com base nestes outros dados, nota-se que nos dois últimos exercícios o custo médio do aluno das IFES é de R\$ 12.443,94, incluindo as despesas com HU e de R\$ 11.705,38, excluindo as despesas com HU, conforme a metodologia estipulada pelos acórdãos nº 1.043 e 2.167 de 2006, do Plenário do Tribunal de Contas da União – TCU, considerando apenas os exercícios de 2007 e 2008, objeto desta pesquisa.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo apresentar qual o custo médio por aluno equivalente em universidades federais de todo país durante a sua formação graduação em bacharelado ou licenciatura e a sua comparação quantitativa entre as diferentes Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) existentes no país.

A partir dos dados encontrados verificou-se que, conforme a metodologia estipulada pelos acórdãos n.ºs 1.043 e 2.167 de 2006, do Plenário do Tribunal de Contas da União – TCU, as IFES efetuam os seus cálculos de indicadores de gestão e os remetem à Secretaria de Educação Superior do ministério da Educação que os reúne e os envia ao TCU.

Compõem os custos das IFES vários indicadores; nesta pesquisa destaca-se apenas a composição do custo médio por aluno equivalente, onde são consideradas as despesas dos custos correntes das IFES com e sem hospital universitário em relação ao aluno equivalente.

Para compor o custo corrente, soma-se as despesas correntes do exercício e deduz-se 65 % das despesas correntes totais do(s) hospital(is) universitário(s) e maternidade (se houver), as aposentadorias e reformas, as pensões, as sentenças judiciais, as despesas com pessoal cedido – docente e técnico-administrativo, as despesas com afastamento País/Exterior do pessoal docente e técnico-administrativo do órgão Universidade.

Para a composição do aluno equivalente soma-se o total dos alunos efetivamente matriculados de graduação, pós-graduação e de residência médica, considerados em tempo integral.

Encontrou-se o custo corrente médio por aluno das IFES referente ao ano de 2007 no valor de R\$ 12.443,94, incluindo as despesas com HU e de R\$ 11.705,38, excluindo as despesas com HU, conforme a metodologia estipulada pelos acórdãos n.ºs 1.043 e 2.167 de 2006, do Plenário do Tribunal de Contas da União – TCU, considerando apenas os exercícios de 2007 e 2008, objeto desta pesquisa.

O TCU pretende, juntamente com a SESU/MEC e SFC, com a inclusão desses dados nos relatórios de gestão, uma construção de série histórica para acompanhar a evolução de aspectos relevantes do desempenho de todas as IFES. Tal fato, se adotado pelas instituições, poderá indicar, ao longo dos anos, a necessidade de aperfeiçoamentos em áreas específicas, ou mesmo a correção de eventuais disfunções.

Nota-se que as informações gerenciais extraídas desses acompanhamentos deverão servir de subsídio para selecionar áreas a serem estudadas com maior profundidade, nas áreas

de controle, custos e orçamento. Também poderão ser direcionadas à identificação de boas práticas e de oportunidades de melhoria na gestão.

Neste mesmo sentido, esses dados também poderão ser utilizados no monitoramento de ações e resultados das IFES. Espera-se também que o acompanhamento da evolução desses indicadores possam ser útil como ferramenta de apoio à necessária auto-avaliação institucional.

Foram encontrados poucos trabalhos acadêmicos nesta área de gestão de custos públicos, a exemplo do trabalho publicado em Minas gerais na Universidade de Viçosa; outro exemplo existente é o trabalho realizado especificamente na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC por Reinert (2005); trabalho semelhante foi feito por Morgan (2010) na UNB; nota-se que é uma área carente de publicação e grandes limitações de dados para pesquisa, visto que, não são divulgados características detalhadas, como a quantidade específica de alunos inseridos no curso, quantidade de formandos, entre outros.

O presente trabalho não possui o objetivo de ser conclusivo, pois este está apenas para acrescentar os dados assim já divulgados, e deve servir como base e referência para futuros trabalhos que possam expandir o conhecimento sobre as necessidades existentes na administração pública.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Marcos. **Custos no serviço público**. Revista do serviço público. São Paulo, n.1, ano 50, p.47, 1999.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BRASIL. **Constituição Federal** de 05 de outubro de 1988. Atualizada com as emendas constitucionais promulgadas.

_____. **Decreto 6129/2007**. Dispõe sobre a vinculação das entidades integrantes da administração pública federal indireta. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6129.htm>. Acesso em: 31.10.2010

_____. **Lei complementar nº101, de 04 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

_____. **Lei 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da união, dos estados, dos municípios e do distrito federal.

BEULKE, Rolando; BERTÓ, Dalvio José. **Gestão de custos**. São Paulo: Saraiva: 2006.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BORNIA, Antonio Cezar. **Análise gerencial de custos: aplicação em empresas modernas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração geral e pública**. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

COGAN, Samuel. **Contabilidade gerencial: uma abordagem da teoria das restrições**. São Paulo: Saraiva, 2007.

COSTA, Abmael J. B.; FREIRE, Fátima S.; FILHO, Antônio Daniel R.; JÚNIOR, Eurípedes R.N. **Custo aluno do sistema universidade aberta do Brasil: o caso da universidade de Brasília**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.uab.unb.br/index.php/canais/publicacoes> acesso em: 05/dez/2010.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso básico de contabilidade de custos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

DUTRA, René Gomes. **Custos: uma abordagem prática**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FORPLAD – Fórum Nacional de Pró-reitores de Planejamento e Administração. **Indicadores de Gestão das IFES**. Novembro de 2003. Arquivo gentilmente cedido pela UFG.

FREZATTI, Fábio. **Orçamento empresarial**: planejamento e controle gerencial. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Fundação Instituto de pesquisas contábeis, atuariais e financeiras - FIPECAFI. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**: aplicável às demais sociedades/ FIPECAFI; diretor responsável Sérgio de Iudícibus; Coordenador técnico Eliseu Martins, supervisor de equipe de trabalho Ernesto Rubens Gelbcke. 7.ed.São Paulo : Atlas, 2010

GITMAN, Lawrence Jeffrey. **Princípios de Administração Financeira**. 10. ed/tradução técnica Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2004.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo da Educação Superior - 2008. Disponível em <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/default.asp>> Acesso em: 06.10.2010

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade gerencial**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

KWASNICKA, Eunice Lacava. **Introdução à administração**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2006.

LEONE, George Sebastião Guerra. **Custos**: planejamento, implantação e controle. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LIMA, Diana Vaz; CASTRO, Robson Gonçalves. **Contabilidade pública**. 3. ed.São Paulo: Atlas, 2007.

MAGALHÃES, Elizete Aparecida. **Custo do ensino de graduação em instituições federais de ensino superior: o caso da universidade federal de viçosa**. Dissertação (mestrado). Viçosa, Minas Gerais, 2007. Disponível em: <<ftp://ftp.bbt.ufv.br/teses/administracao/2007/201488f.pdf>>. Acesso em: 15.09.2010

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTIS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MENDES, José Marcos. **Sistema orçamentário brasileiro**: planejamento, equilíbrio fiscal e qualidade do gasto público. Caderno financeiro público. Brasília, n.9, p.57-102, 2009. Disponível em: <http://www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/Biblioteca/caderno_publicas_dn.html>

Ministério da Educação – MEC. **Planilha de Indicadores de Gestão – TCU / 2007**. Disponível em: <

http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/DIFES/difes_indicadorestcu2007_publicacao.pdf> Acesso em: 09.04.2010.

Ministério da Educação – MEC. **Relatório de Gestão 2009 – Seseu 1**. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14946&Itemid=1064 > Acesso em: 09.04.2010.

MORGAN, Beatriz Fátima. **A determinação do custo do ensino na educação superior: o caso universidade de Brasília**. 2004. 161f. Dissertação (Mestrado em ciências contábeis)- Universidade de Brasília, Brasília, Distrito federal. Disponível em: < http://vsites.unb.br/cca/pos-graduacao/mestrado/dissertacoes/dissert_arquivos/mest_dissert_041.pdf >. Acesso em : 15 out. 2010

NAKAGAWA, Masayuki. **ABC: Custeio baseado em atividades**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez; OLIVEIRA, Luís Martins de; COSTA, Rogério Guedes. **Gestão estratégica de custos**. São Paulo: Atlas, 1999.

PINTO, Carlos Américo Barreira; SILVA, Miguel Ângelo; FREIRE, Fátima de Souza. **Metodologia de cálculo do custo-aluno dos cursos de graduação de IES públicas : estudo de caso**. 2007. Disponível em: < http://www.inpeau.ufsc.br/wp/wp-content/BD_documentos/2014.pdf >. acesso em: 12.08.2010

PIZZOLATO, Nélio Domingues. **Introdução à contabilidade gerencial**. 2. ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2000.

QUEIROZ, Djane Almeida De. **Balanco social: instrumento de transparência das entidades públicas**. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2004. Disponível em: < http://www.dege.com.br/joomla/files/Monograf_.pdf >. Acesso em: 01.09.2010

REINART, CLIO. **Metodologia para apuração de custos nas IFES brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Santa Catarina. 2005. 90 p.

ROSSETTI, José Paschoal. **Contabilidade social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

SILVA, Lino Martins Da. **Contabilidade governamental: um enfoque Administrativo**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SANTOS, Joel J. **Análise de custos: remodelado com ênfase para sistema de custeio marginal, relatório e estudos de casos**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Tribunal de Contas da União – TCU; Secretaria de Educação Superior – SESu/MEC; Secretaria Federal de Controle Interno – SFC. **ORIENTAÇÕES PARA O CÁLCULO DOS INDICADORES DE GESTÃO**. DECISÃO Nº 408/2002-PLENÁRIO e ACÓRDÃOS Nº

1043/2006 e Nº 2167/2006 – PLENÁRIO . TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Versão revisada em janeiro de 2007. Disponível em: < <http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&source=hp&q=ORIENTA%C3%87%C3%95ES+PARA+O+C%C3%81LCULO+DOS+INDICADORES+DE+GEST%C3%83O&meta=&btnG=Pesquisa+Google>> Acesso em: 09.04.2010

Tribunal de Contas da União – TCU. **Acórdão nº 2167/2006 - Plenário – TCU**. Indicadores de gestão das IFES. Disponível em: <<http://contas.tcu.gov.br/portaltextual/ServletTcuProxy>> Acesso em: 31.10.2010.

WARREN, Carl S.; REEVE, James M.; FESS, Philip E. **Contabilidade gerencial**. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

WIEMER, Ana Paula Moreira; RIBEIRO, Daniel Cerqueira. **Custos no serviço público**. 2004. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos42004/187.pdf>>. Acesso em: out/2010.

Componente:

- 9.1.1.1 – custo corrente incluindo 35% das despesas do(s) Hospital(is) Universitário(s) – HU(s)
- 9.1.1.2 – custo corrente excluindo as despesas do(s) HU(s)
- 9.1.1.3 – número de alunos tempo integral
- 9.1.1.3.1 - número de alunos equivalentes
- 9.1.1.4 – número de professores equivalentes
- 9.1.1.5 – número de funcionários equivalentes incluindo aqueles a serviço no(s) HU(s)
- 9.1.1.6 – número de funcionários equivalentes excluindo aqueles a serviço no(s) HU(s)

Indicadores:

- 9.1.2.1.0 – custo corrente / aluno equivalente (incluindo os 35% das despesas do(s) HU(s))
- 9.1.2.1.1 – custo corrente / aluno equivalente (excluindo as despesas do(s) HU(s))
- 9.1.2.2 – Aluno tempo integral / número de professores equivalentes
- 9.1.2.3.0 – Aluno tempo integral / número de funcionários equivalentes (incluindo funcionários a serviço no(s) HU(s))
- 9.1.2.3.1 - Aluno tempo integral / número de funcionários equivalentes (excluindo funcionários a serviço no(s) HU(s))
- 9.1.2.4.0 – Funcionário equivalente / número de professores equivalentes (incluindo funcionários a serviço no(s) HU(s))
- 9.1.2.4.1 - Funcionário equivalente / número de professores equivalentes (excluindo funcionários a serviço no(s) HU(s))
- 9.1.2.5 – Grau de Participação Estudantil (GPE)
- 9.1.2.6 – Grau de Envolvimento com Pós-Graduação (GEPG)
- 9.1.2.7 – Conceito CAPES
- 9.1.2.8 – Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)
- 9.1.2.9 – Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)

- Obs.:**
- 1) Todos os componentes e indicadores são os baseados nas orientações do TCU (versão revisada em janeiro/2007)
 - 2) Todos os dados foram fornecidos pelas respectivas Universidades

Relatório de Gestão 2009 | SESU MEC

Sigla/FES	Componentes							Indicadores											
	9.1.1.1	9.1.1.2	9.1.1.3	9.1.1.3.1	9.1.1.4	9.1.1.5	9.1.1.6	9.1.2.1.0	9.1.2.1.1	9.1.2.2	9.1.2.3.0	9.1.2.3.1	9.1.2.4.0	9.1.2.4.1	9.1.2.5	9.1.2.6	9.1.2.7	9.1.2.8	9.1.2.9
FURG	199.047.233,44	183.558.484,17	6.525,03	11.090,37	634,50	1.145,30	713,50	17.947,75	17.551,16	11,36	6,29	10,10	1,81	1,13	0,79	0,01	3,60	3,70	57,60
UFABC	64.658.851,23	64.658.851,23	1.522,25	2.562,50	299,00	514,75	514,75	25.232,72	25.232,72	5,09	2,96	2,96	1,72	1,72	0,39	0,08	3,83	5,00	NA
UFAC	90.737.858,30	90.737.858,30	4.770,18	7.320,07	514,00	553,00	553,00	12.395,77	12.395,77	9,28	8,63	13,24	1,08	1,08	0,62	0,03	3,00	2,83	30,86
UFAL	160.254.326,52	136.986.582,74	15.688,97	23.556,81	991,50	2.216,25	1.464,00	6.802,89	6.815,16	15,82	7,08	10,72	2,24	1,48	0,91	0,06	3,68	3,54	37,77
UFAM	214.084.285,28	148.361.869,43	14.276,98	21.192,89	1.215,00	1.832,25	1.148,00	10.101,70	10.000,54	11,75	7,79	12,43	1,51	0,94	0,61	0,06	3,31	2,98	40,45
UFBA	499.519.708,10	431.395.001,79	25.993,00	41.933,00	2.105,50	4.187,80	2.950,20	11.912,33	11.287,72	12,34	6,21	8,81	1,99	1,40	0,73	0,11	4,14	3,38	68,00
UFC	473.411.413,49	431.030.343,74	21.461,92	33.557,62	1.765,50	3.252,50	1.864,25	14.107,42	12.844,49	12,16	6,60	11,51	1,84	1,06	0,70	0,12	4,11	3,73	66,86
UFCG	212.198.826,83	202.775.682,29	8.974,00	13.196,00	1.087,50	1.325,25	1.014,00	16.080,54	15.866,45	8,00	6,77	8,84	1,21	0,93	0,59	0,09	4,10	3,60	51,58
UFCSPA	37.135.182,08	37.135.182,08	1.672,00	3.660,00	194,00	169,45	169,45	10.146,21	10.146,21	8,62	9,87	9,87	0,87	0,87	0,90	0,13	4,67	4,18	75,00
UFERSA	52.286.594,71	52.286.594,71	2.391,58	5.221,96	263,00	350,50	350,50	10.012,82	10.012,82	9,09	6,82	6,82	1,33	1,33	0,72	0,07	3,57	4,27	59,68
UFES	325.767.961,09	291.030.242,76	13.519,23	22.801,48	1.357,00	2.664,85	1.761,85	12.439,84	11.113,33	12,46	6,34	9,59	1,96	1,30	0,91	0,10	3,32	3,88	75,43
UFF	606.478.112,31	553.784.761,50	29.394,19	43.697,04	2.478,00	5.173,60	3.463,30	13.879,16	12.673,28	11,86	5,68	8,49	2,09	1,40	1,05	0,15	4,01	3,94	78,90
UFG	374.529.028,88	337.798.630,68	15.257,62	27.334,25	1.759,50	2.983,80	1.990,35	11.762,76	10.609,17	11,23	6,62	9,93	1,70	1,13	0,86	0,11	3,56	3,90	79,49
UFGD	65.946.338,99	60.295.519,97	585,00	4.850,16	345,00	500,00	410,50	13.596,73	12.431,66	8,66	5,98	7,28	1,45	1,19	0,59	0,07	3,22	4,45	61,00
UFJF	343.160.615,76	326.337.399,52	12.103,75	19.661,46	1.040,00	2.084,15	1.371,05	17.453,47	16.597,82	11,64	5,81	8,83	2,00	1,32	0,78	0,08	3,59	3,39	128,00
UFLA	106.556.518,88	106.556.518,88	6.546,46	7.957,79	419,00	995,75	995,75	9.708,33	9.708,33	15,62	6,57	6,57	2,38	2,38	0,93	0,29	4,22	4,75	76,64
UFMA	239.325.455,29	201.266.132,61	9.824,51	14.705,93	1.013,00	1.934,00	1.279,00	16.274,08	13.686,05	9,70	5,08	7,68	1,91	1,26	0,65	0,04	3,29	3,57	60,65
UFMG	760.833.833,36	673.371.034,00	39.677,43	61.858,03	2.403,00	6.991,00	3.763,00	12.299,68	10.885,75	16,52	5,68	10,54	2,91	1,57	1,04	0,22	4,86	4,36	93,67
UFMS	259.331.124,90	248.238.206,70	12.881,28	16.685,43	945,00	2.317,75	1.259,25	14.004,70	13.405,65	13,63	5,56	10,23	2,45	1,33	0,87	0,06	4,34	3,82	62,00
UFMT	285.380.494,22	215.517.560,76	9.138,39	13.770,00	1.566,00	1.965,00	1.454,00	18.057,49	13.636,90	5,84	4,65	6,29	1,25	0,93	0,54	0,06	3,07	3,95	35,00
UFOP	126.833.059,81	126.833.059,81	6.783,00	11.423,00	707,50	911,95	911,95	9.754,14	9.754,14	11,82	9,17	9,17	1,29	1,29	1,03	0,11	3,76	3,90	85,26
UFPA	443.023.908,12	421.767.406,89	23.838,18	36.448,51	2.001,00	3.138,00	2.463,50	12.154,79	11.571,60	11,91	7,60	9,68	1,57	1,23	0,83	0,10	3,68	3,66	81,42
UFPB	432.784.753,97	398.658.153,87	18.700,28	28.799,29	1.624,00	4.209,50	3.209,50	15.027,62	13.842,64	11,51	4,44	5,83	2,59	1,98	0,65	0,11	3,77	3,78	52,56
UFPE	482.870.596,34	438.046.767,24	26.359,03	36.297,13	2.006,00	4.634,75	2.828,75	13.303,27	12.068,36	13,14	5,69	9,32	2,31	1,41	0,65	0,17	4,19	3,82	67,00
UFPel	205.333.036,28	200.656.149,63	3.132,91	16.388,47	900,50	2.127,25	1.807,45	10.994,44	10.723,12	11,51	4,87	5,73	2,36	2,01	0,87	0,11	3,78	4,20	61,08
UFPI	204.214.954,01	202.310.014,75	13.580,62	22.627,47	986,00	1.197,50	1.101,25	9.616,69	9.526,99	13,77	11,34	12,33	1,21	1,12	0,67	0,03	3,32	3,52	59,00

UFPR	513.698.479,97	441.070.311,45	26.841,05	35.888,47	1.903,00	3.092,00	2.431,00	11.700,37	10.046,14	14,11	8,68	11,04	1,63	1,28	0,80	0,14	4,08	4,04	56,00
UFRA	58.320.525,55	58.320.525,55	2.289,13	5.205,31	186,50	525,00	525,00	11.204,04	11.204,04	11,83	4,36	4,36	2,71	2,71	0,95	0,12	3,25	4,01	38,55
UFRB	58.174.493,54	58.174.493,54	2.476,80	4.321,48	439,00	411,05	411,05	13.461,72	13.461,72	5,64	6,03	6,03	0,94	0,94	0,68	0,05	3,25	3,80	58,00
UFRGS	560.819.360,64	560.819.360,64	33.947,41	46.237,31	2.269,50	3.847,75	3.847,75	12.129,15	12.129,15	14,96	8,82	8,82	1,70	1,70	0,68	0,26	5,00	4,23	59,74
UFRJ	957.417.333,00	822.295.047,00	45.557,00	52.717,00	3.343,00	8.447,00	4.695,00	15.311,16	15.311,16	13,63	5,39	9,70	2,52	1,40	0,69	0,21	4,88	4,49	72,80
UFRN	496.061.403,57	405.942.908,51	24.038,64	34.941,77	1.746,00	3.307,50	2.599,00	14.196,00	14.196,00	13,77	7,27	9,25	1,89	1,49	0,78	0,13	3,94	3,82	67,00
UFRPE	170.133.299,77	170.133.299,77	6.491,01	11.656,20	803,00	1.176,00	1.176,00	14.595,95	14.595,95	8,08	5,52	5,52	1,46	1,46	0,55	0,08	3,82	4,08	58,50
UFRR	59.640.696,81	59.640.696,81	3.081,17	3.010,42	362,50	470,50	470,50	19.811,42	19.811,42	8,00	6,17	6,17	1,30	1,30	0,63	0,03	3,00	3,03	41,00
UFRRJ	120.604.582,17	120.604.582,17	9.871,20	17.087,63	807,50	1.542,75	1.542,75	7.058,00	7.058,00	12,22	6,40	6,40	1,91	1,91	0,89	0,11	3,94	4,03	50,00
UFS	148.642.613,89	136.045.762,57	10.017,91	15.203,34	1.125,50	1.547,25	972,50	9.776,97	9.776,97	8,90	6,47	10,30	1,37	0,86	0,48	0,05	3,46	3,74	52,47
UFSC	563.803.462,27	525.378.462,35	28.792,32	39.492,82	1.830,50	3.600,75	2.408,25	14.276,10	14.276,10	15,73	8,00	11,96	1,97	1,32	0,84	0,24	4,35	4,27	65,46
UFSCar	213.300.970,00	213.300.970,00	9.732,34	12.794,61	956,50	1.233,00	1.233,00	16.671,16	16.671,16	10,17	7,89	7,89	1,29	1,29	0,61	0,23	4,34	4,70	70,00
UFSJ	73.426.950,88	73.426.950,88	5.013,00	8.178,00	493,50	637,00	637,00	8.517,85	8.517,85	11,05	8,56	8,56	1,29	1,29	0,91	0,04	3,13	4,21	80,51
UFSM	350.264.517,41	307.868.657,97	15.133,00	25.928,00	1.388,00	3.514,00	1.872,00	13.509,09	11.873,96	10,91	4,31	8,09	2,53	1,35	0,82	0,12	4,06	4,17	54,99
UFT	100.511.465,00	100.511.465,00	6.163,48	7.829,36	619,50	900,00	900,00	12.837,77	12.837,77	9,95	6,85	6,85	1,45	1,45	0,63	0,02	3,07	3,71	47,78
UFTM	104.316.697,31	64.661.967,85	2.379,53	4.691,21	252,50	1.414,25	430,50	22.236,63	13.783,64	9,42	1,68	5,53	5,60	1,70	0,91	0,07	3,50	4,23	92,17
UFU	393.461.846,69	327.671.025,32	14.403,00	24.341,00	1.350,00	3.253,05	1.742,85	14.124,23	11.762,51	13,27	5,51	10,28	2,41	1,29	1,07	0,10	3,95	4,19	98,57
UFV	284.502.104,86	284.502.104,86	12.573,36	19.212,01	866,50	2.891,00	2.891,00	14.808,55	14.808,55	14,51	4,35	4,35	3,34	3,34	0,79	0,17	4,63	4,43	68,89
UFVJM	41.025.244,48	41.025.244,48	3.221,51	6.610,46	359,05	344,08	344,08	6.206,11	6.206,11	8,97	9,36	9,36	0,96	0,96	0,80	0,02	4,00	3,65	74,05
UnB	738.549.827,51	703.433.864,66	19.602,20	40.758,09	1.858,50	4.219,50	2.337,75	18.120,33	17.258,75	15,93	7,02	12,66	2,27	1,26	0,93	0,19	4,30	4,46	72,50
UNIFAL	54.043.153,10	54.043.153,10	1.694,72	4.489,72	328,50	413,95	413,95	12.037,09	12.037,09	5,16	4,09	4,09	1,26	1,26	0,51	0,02	3,50	4,20	86,15
UNIFAP	37.193.538,25	37.193.538,25	2.473,82	2.917,36	172,00	256,25	256,25	11.589,08	11.589,08	14,38	9,65	9,65	1,49	1,49	0,45	0,03	0,88	2,94	45,00
UNIFEI	56.419.411,03	56.419.411,03	2.708,00	4.463,00	254,50	336,10	336,10	12.643,01	12.643,01	10,64	8,06	8,06	1,32	1,32	0,85	0,14	3,60	4,46	82,37
UNIFESP	511.307.724,97	443.497.214,89	3.379,51	7.162,81	922,50	3.696,75	1.756,25	34.049,02	29.533,38	12,18	3,04	6,40	4,01	1,90	1,34	0,38	4,84	4,87	76,79
UNIPAMPA	44.744.478,92	44.744.478,92	NA	NA	321,00	322,00	322,00	NA	NA	NA	NA	NA	1,00	1,00	NA	NA	NA	4,34	NA
UNIR	74.449.043,77	74.449.042,77	5.576,00	7.728,13	441,00	393,05	393,05	9.633,51	9.633,51	12,64	14,18	14,18	0,89	0,89	0,80	0,03	3,29	3,49	50,00
UNIRIO	131.337.478,66	111.350.059,19	6.249,34	11.140,11	625,00	1.646,25	666,50	11.789,61	9.995,42	10,00	3,80	9,38	2,63	1,07	0,84	0,09	3,92	3,94	41,40
UNIVASF	45.411.269,19	45.411.269,19	1.858,00	3.804,73	304,00	458,00	458,00	12.317,49	12.317,49	6,11	4,06	4,06	1,51	1,51	0,54	0,01	3,00	3,31	9,96

UTFPR	64.012.768,52	64.012.768,52	5.253,00	10.159,00	377,00	294,33	294,33	10.594,97	10.594,97	15,09	19,33	19,33	0,47	0,47	0,68	0,05	3,25	3,89	54,84
Média	259.841.796,62	236.133.502,68	12.137,32	18.825,30	1.042,28	2.064,84	1.439,55	13.523,59	12.505,15	11,33	6,76	8,72	1,86	1,38	0,77	0,11	3,74	3,94	63,59

NA

Universidades Novas, indicadores não são possíveis de serem calculados com os dados disponíveis atualmente.

Dados corrigidos pela SESu, erros de preenchimento do módulo no SIMEC detectados, mas sem tempo hábil para ajustes com as Universidades.

CódIFES	SiglaIFES	9.1.1.1	9.1.1.2	9.1.1.3	9.1.1.3.1	9.1.1.4	9.1.1.5	9.1.1.6	9.1.2.1.0	9.1.2.1.1	9.1.2.2	9.1.2.3.0	9.1.2.3.1	9.1.2.4.0	9.1.2.4.1	9.1.2.5	9.1.2.6	9.1.2.7	9.1.2.8	9.1.2.9
388708	UFRB	60793080.93	60793080.93	2476.80	4321.48	439.00	411.05	411.05	14067.67	14067.67	5.64	6.03	6.03	0.94	0.94	0.69	0.05	3.25	3.80	0.58
	Média	60793080.93	60793080.93	2476.80	4321.48	439.00	411.05	411.05	14067.67	14067.67	5.64	6.03	6.03	0.94	0.94	0.69	0.05	3.25	3.80	0.58